

A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

2ª Edição

Coordenadora: Nícia Raies Moreira de Souza

Equipe: Livia Cristina Rosa Cruz

Maria Ramos de Souza

Plínio de Campos Souza

Termo de outorga e aceitação de auxílio que entre si celebram a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Fundação João Pinheiro (FJP) para o desenvolvimento do projeto SHA-2347/96 “Aplicação de Questionários Suplementares à Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte – PED/RMBH”.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Governo de Minas Gerais

A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

2ª Edição

**Belo Horizonte
Maio de 2003**

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador Aécio Neves

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Secretário Antônio Augusto Junho Anastasia

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente Prof. Amílcar Martins

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Diretora Laura Maria Irene De Michelis Mendonça

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70

São Luís / Pampulha

CEP: 31275-150 - Belo Horizonte

Caixa Postal 1 200

Fone: (31) 3448-9719 / 3448-9557

FAX: (31) 3448-9614 / 3448-9546

e-mail: cei@fjp.gov.br

I 59 A inserção dos jovens no mercado de trabalho / Coordenação de Nícia Raies
Moreira de Souza. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de
Estatística e Informações, 2001.

p. 62

1. Mercado de Trabalho – RMBH. 2. População jovem – RMBH. I. Nícia
Raies Moreira de Souza, coord. II. Fundação João Pinheiro, Centro de
Estatística e Informações, ed.

CDU 331.6 (815.11 RMBH)

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Nícia Raies Moreira de Souza (Coordenadora do Projeto)

Lívia Cristina Rosa Cruz

Maria Ramos de Souza

Plínio de Campos Souza

APOIO ADMINISTRATIVO

Adenilze Ângela de Lima Pontes

COORDENAÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL

Jussara Maria Januzzi

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

João Bosco Assunção

COLABORAÇÃO

Carlos Wagner Costa Machado

Danilo Gomes de Freitas

Helena Schirm

Raimundo de Sousa Leal Filho

APRESENTAÇÃO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) investiga a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho regional, a partir de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Para tal, a Fundação João Pinheiro (FJP), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais, responsável pela pesquisa, adotou a metodologia desenvolvida em conjunto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), de São Paulo.

Para a concretização da PED, a Fundação João Pinheiro associou-se às instituições proponentes da metodologia e à Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad). Em sua implantação, em 1995, contou também com financiamento e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Entre outubro e dezembro de 2000, foi acrescentado à PED um anexo de 22 questões, que captou informações suplementares e complementares ao questionário principal, financiado pela Fapemig. O alvo deste suplemento foram os moradores dos domicílios da RMBH com idade entre 15 e 29 anos.

O presente estudo contempla os resultados da investigação, que reuniu informações da população de 15 a 29 anos, sob o ângulo da inserção no mercado de trabalho e variáveis importantes para a mesma, como as características da formação escolar e dos pais, combinando as informações já captadas no bloco principal da pesquisa às do bloco adicional, que consta em anexo. A escolha do objeto de estudo resulta da vulnerabilidade da inserção deste grupo que o coloca, atualmente, como foco de preocupação dos formuladores de políticas públicas e estudiosos do assunto.

ÍNDICE

EQUIPE TÉCNICA	<i>iii</i>
APRESENTAÇÃO	<i>iv</i>
RESUMO	<i>1</i>
1 INTRODUÇÃO	<i>2</i>
1.1 Juventude e Ciclo de Vida	<i>6</i>
1.2 Educação no Mercado de Trabalho – chave para a inclusão ?	<i>8</i>
1.3 Metodologia	<i>11</i>
1.4 Estrutura do Trabalho	<i>12</i>
2 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO NA RMBH	<i>13</i>
2.1 Desemprego e Taxa de Participação	<i>14</i>
2.2 Evolução da Ocupação dos Jovens na RMBH	<i>16</i>
2.2.1 Características pessoais dos ocupados	<i>20</i>
2.3 O Reflexo da Inserção Precária no Mercado de Trabalho: Diferenças de Rendimento	<i>21</i>
3 INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: ESFORÇO DE COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO DOS JOVENS NA RMBH	<i>25</i>
3.1 Estrutura Familiar e Comprometimento com o Mercado de Trabalho	<i>25</i>
3.2 Formação Profissional e Trajetória no Sistema de Ensino	<i>28</i>
3.3 A Busca pela Profissionalização e pela Experiência de Trabalho	<i>33</i>
3.3.1 Cursos técnicos e de qualificação.....	<i>33</i>
3.3.2 Estágio e experiência de trabalho.....	<i>36</i>
3.4 Alocação dos Jovens no Sistema Produtivo	<i>39</i>
3.4.1 Trajetória profissional.....	<i>41</i>
3.4.2 Estratégia de busca por emprego.....	<i>42</i>
3.5 Relação da Formação e Inserção Profissional dos Pais e dos Jovens	<i>43</i>
3.6 Condição Econômica das Famílias	<i>48</i>
4 CONCLUSÃO	<i>51</i>
4 ANEXOS	<i>53</i>
4.1 Distribuição Percentual das Principais Variáveis Analisadas	<i>53</i>
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<i>61</i>

RESUMO

O relatório apresenta os resultados básicos da pesquisa que foi aplicada como suplemento à Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMBH. O foco da investigação foram as pessoas de 15 a 29 anos objetivando traçar um perfil de sua inserção no mercado de trabalho.

A resposta comumente fornecida à questão de porquê esta parcela da população enfrenta mais obstáculos à inserção no sistema produtivo é a experiência de trabalho. No entanto verificou-se, neste estudo, que somente 21,7% dos jovens não têm nenhuma experiência de trabalho, sendo que 5,4% não têm experiência e procuram trabalho e 16,3% não têm experiência e não estão em busca de uma ocupação. Neste sentido, as empresas não estão demandando qualquer experiência, a explicação não se restringe a esta variável pura e simplesmente.

Neste sentido, o papel da educação formal e profissional, a constituição precoce de família, a trajetória no mercado de trabalho (como forma de qualificar o tipo de experiência obtida) e a origem familiar foram as principais variáveis escolhidas para explicar a situação desfavorável que os jovens encontram neste *locus*.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; População jovem; Jovens no mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A crise pela qual passam os mercados de trabalho urbanos tem resultado em aumentos sucessivos das taxas de desemprego, da precarização das relações de trabalho, da exclusão social e redução paulatina da renda média da população. Este cenário impõe restrições distintas aos diferentes grupos populacionais. Os jovens, que já apresentavam uma inserção mais difícil e vulnerável no mercado de trabalho, passam a sofrer com mais intensidade os constrangimentos impostos por este contexto.

Países desenvolvidos como Espanha, Itália e França, convivem com as mais altas taxas de desemprego juvenil dos países centrais. No Brasil, a taxa de desemprego para as pessoas entre 15 e 17 anos foi de 44,2% e 17% para aqueles na faixa etária de 18 a 24 anos, contra 9,6% para a média da população, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A exclusão social dos jovens sobre a forma de desemprego e precariedade das relações e condições de trabalho tem efeitos perniciosos sobre a vida futura dos indivíduos, tendo reflexos não somente em sua vida profissional mas também psicológica e social. Em última análise, como bem observou Enric Sanchis (1997), o que está em jogo é a integração das novas gerações na sociedade.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi traçar um perfil deste grupo populacional e explorar as variáveis que poderiam estar relacionadas a maior dificuldade encontrada por ele no mercado de trabalho.

O relatório é resultado da aplicação de um bloco suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego, em que foram investigadas as características da inserção ocupacional dos jovens de 15 a 29 anos bem como sua trajetória no sistema de ensino e formação profissional detendo-se no pressuposto do possível papel da articulação entre o sistema de ensino e o sistema produtivo no agravamento deste problema atual, que passa a ser alvo de preocupação das agências governamentais e não governamentais.

Pretendeu-se, com essa investigação, descrever os traços das dificuldades vivenciadas por este grupo no mercado de trabalho e destacar a formação na escola, o comprometimento familiar, a experiência de trabalho e os rendimentos. Estes últimos, como um reflexo dos referidos obstáculos encontrados pelos jovens.

Este estudo se justifica pela importância em compreender as especificidades do problema no mercado local, colaborando com o delineamento de políticas voltadas para este público, que já estão amplamente desenvolvidas nos países centrais.¹ Grande parte das dificuldades por que passa o mercado de trabalho brasileiro resultam de transformações ocorridas em nível macroeconômico, indicando o alcance limitado das estratégias regionais de combate à questão. Mas, como ressaltou Milton Santos, os governos locais têm capacidade e possibilidade de resolver ou minimizar alguns destes problemas.

Além disso, a intervenção no fenômeno tem um alcance que ultrapassa o *locus* do mercado de trabalho, uma vez que se relaciona com vários outros problemas sociais que se agravam em nossa sociedade, como a estrutura de oportunidades, a integração, desigualdade e a exclusão sociais.

Na década de 1990 os mercados de trabalho urbanos, no Brasil, passam por profundas transformações estruturais e conjunturais. De um lado, o desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de gestão aumentaram expressivamente a competitividade das empresas brasileiras, como uma resposta ao padrão inaugurado pelo governo Collor, de abertura econômica, privatização e reforma do estado. Parte considerável das empresas, com destaque para as de médio e grande porte, tem perseguido padrões de eficiência e competitividade até então explorados apenas pelas grandes firmas que atuam nos segmentos mais integrados do comércio internacional.

Por outro lado, este período também foi marcado pela adoção de políticas monetaristas de controle inflacionário baseadas em altas taxas de juros, as quais, por sua vez, têm enfraquecido a capacidade de investimento e de crescimento das empresas nacionais (Posthuma, 1999).

A estrutura de produção e a demanda por trabalho também foram alteradas pelo processo de inserção na economia internacional e pelo deslocamento da participação do setor industrial para os setores de comércio e de serviços. A modernização da indústria brasileira, vista pela adoção de novas tecnologias e técnicas de gestão do trabalho, ao aperfeiçoamento da qualidade dos produtos, juntamente com o crescimento econômico, que tem apresentado desempenho medíocre, resultaram na capacidade reduzida de incorporação da demanda por trabalho ao setor formal moderno. Isso tem ocorrido mesmo nos setores mais dinâmicos, como o comércio e os serviços, que apresentaram nos anos de 1990 uma taxa média de crescimento anual de, respectivamente, 4,8% e 4,6%, contra 0,4% na indústria. Juntamente com esta redução da capacidade de absorção da mão-de-obra, os ganhos de

¹ *Espanha, Itália e França são os países que possuem as mais altas taxas de desemprego juvenil, e, ao mesmo tempo, possuem não só um acúmulo de reflexão nesta área mas também políticas eficazes de redução do problema. Na Alemanha também existem políticas voltadas para a formação e controle das primeiras experiências dos jovens no mercado de trabalho. Neste último, existe uma articulação estreita entre o sistema de ensino e a esfera do trabalho.*

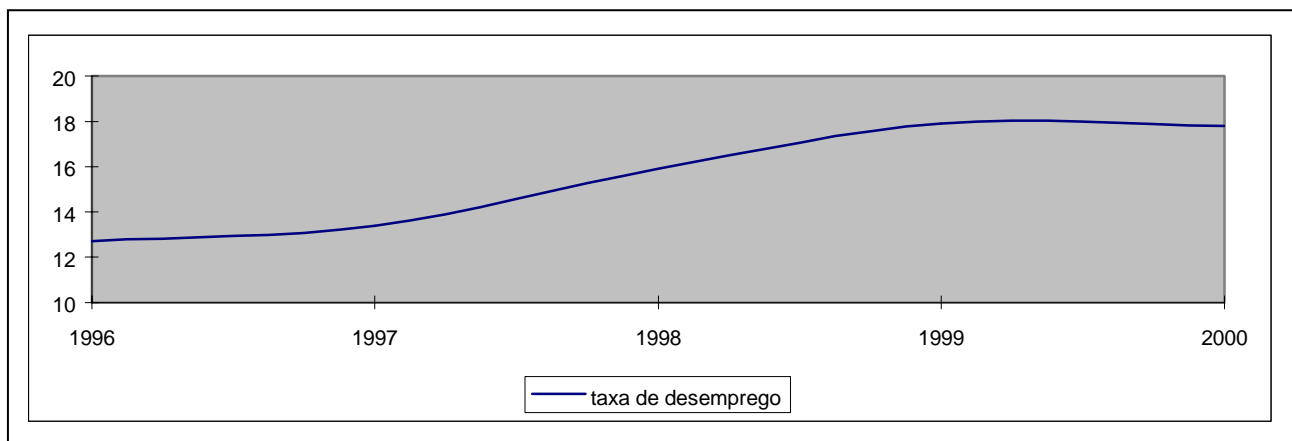
produtividade, têm reduzido a relação trabalho/produto e as altas taxas de juros praticadas no país vêm minando a capacidade de investimento das empresas (ib).

A confluência destes fatores tem gerado um expressivo aumento da heterogeneidade das relações de trabalho no Brasil, cujo índice mais marcante é a elevação da proporção dos empregos precários e o aumento dos patamares de desemprego, que pode ser considerado uma das facetas da exclusão social.

Ademais, o aumento da taxa de desemprego caracterizou todas as regiões em que são realizadas pesquisas sobre mercado de trabalho. Na RMBH, a taxa de desemprego passou de uma média anual de 12,7% em 1996 para 15,9% em 1998, 17,9% em 1999 e 17,8% em 2000.

A estimativa do número de desempregados passa de 222 mil em 1996 para 363 mil em 2000, o que significou um aumento de 63%. Neste período, foram gerados 145 mil postos de trabalho, um aumento de 9,5%. Embora estes resultados indiquem que, em termos de geração de postos de trabalho, houve uma melhora em período recente, a pressão sobre o mercado (vista pela incorporação de pessoas no mercado de trabalho) foi duas vezes superior ao aumento de ocupações.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2000
(%)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

A taxa de participação, razão entre pessoas economicamente ativas e as em idade ativa (PEA/PIA), reduziu-se nos anos em que não foram geradas ocupações em termos líquidos – 1998 e 1999 – e elevou-se nos anos em que a ocupação cresceu – 1997 e 2000 (Balanço...2001).

A renda média da população ocupada, ao mesmo tempo, reduziu-se 10,2% em 2000 contra 1996. Neste contexto pouco favorável, as famílias lançam mão de inserir outros membros no

mercado de trabalho como estratégia de sobrevivência ou manutenção da condição econômica, sendo esta uma das explicações para o aumento da PEA no período.

Neste contexto restritivo nem todos os grupos populacionais são atingidos da mesma forma e com a mesma intensidade. Alguns segmentos como os jovens, as mulheres, os negros e pardos, os migrantes, possuem dificuldades extras no mercado de trabalho.

Se a taxa média de desemprego era 12,7% em 1996, para os adolescentes de 15 a 17 anos esta era de 34%, ou seja, quase 1/3 dos jovens nesta faixa etária que estavam no mercado de trabalho não conseguiram encontrar uma ocupação. Depois das sucessivas crises econômicas esta cifra chegou a 45,6% em 2000.

Para os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego passou de 19,2% em 1996 para 27,6% em 2000 e para os de 25 a 29 anos foi de, respectivamente, 11,9% para 16,4%.

Além da elevação dos patamares de desemprego, na década de 1990, os processos de ajuste do mercado de trabalho não ocorrem meramente mediante mudanças na quantidade total de emprego, mas em grande medida, através de mudanças na composição e na qualidade do emprego.

O conceito de qualidade de emprego pretende dar conta, de forma mais sistemática, de dimensões que contribuem para o bem-estar dos trabalhadores, indicando a necessidade de ir além do nível de rendimentos (Reinecke, 1999).

No Brasil, a recente estruturação econômica tem causado um processo acelerado de mudança na composição do emprego por setores econômicos, categorias de emprego e *status* contratual. As tendências de “precarização” e informalização” são exemplos típicos destas mudanças no caso brasileiro. Reinecker (1999:121) indica que as dimensões da qualidade do emprego podem ser resumidas da seguinte forma:

- *“renda;*
- *benefícios não-salariais;*
- *regularidade e confiabilidade do trabalho e do salário;*
- *status contratual;*
- *proteção social (pensões, saúde, proteção no caso do desemprego);*
- *representação de interesse (através de sindicatos ou outros);*

-
- *jornada de trabalho (duração, ritmo);*
 - *risco de acidentes e de doenças ocupacionais;*
 - *envolvimento em decisões ligadas ao trabalho (autonomia, participação);*
 - *possibilidades para o desenvolvimentos de qualificações profissionais, de habilidades pessoais e da criatividade,*
 - *interesse no trabalho.”*

No entanto, não há fonte de dados capaz de mensurar todas essas dimensões mas, algumas delas serão vistas neste trabalho. Em relação à situação do emprego, a carteira de trabalho assinada tem conseqüências importantes para várias dimensões da qualidade de emprego, uma vez que ela não é somente um contrato entre empregador e trabalhador, mas implica o registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e dá acesso aos benefícios estipulados pela legislação trabalhista, como férias anuais, décimo-terceiro salário, limitação de horas semanais trabalhadas, indenização em caso de demissão, cobertura de seguridade social, etc.

Da mesma forma que a taxa de desemprego é superior para os jovens, a qualidade dos empregos que conseguem é inferior, como será visto neste relatório.

1.1 Juventude e Ciclo de Vida

O período denominado juventude constitui um processo de transição em que os indivíduos passam de uma dependência completa na infância a uma plena autonomia que caracteriza a vida adulta. Esse processo se desenvolve mediante um conjunto de transições que levam o jovem a desenvolver plenamente sua personalidade, a incorporar-se na vida ativa, a ter independência econômica, a constituir um lugar próprio e a estabelecer uma colocação estável. Ressalta-se que a juventude é uma categoria sociológica, constituindo “*um processo a longo prazo no qual um indivíduo, fisiologicamente maduro passa a realizar as funções físicas da existência do adulto em coletividade, adquire as habilidades necessárias para desempenhá-las numa forma social determinada*” (Sanchis, 1997: 111).

Este processo de transição sofreu algumas mudanças ao longo do tempo, sendo que as crises econômicas recentes influenciaram consideravelmente as transições que formam a juventude como fase da vida humana. Isso pode ser visto pelo alargamento do tempo que os jovens passam no sistema escolar, as dificuldades para encontrar um posto de trabalho, o atraso na idade de contrair

matrimônio, a prolongação do tempo de permanência no espaço familiar, etc.; permitindo falar de juventude prolongada em boa medida como efeito da crise econômica que começa nos anos 70 (Rodrigues, 2000; Sanchis, 1997). Ao mesmo tempo, este processo de autonomização do sujeito varia conforme os sistemas culturais e os estratos sociais à que os indivíduos pertencem.

A inserção no mercado de trabalho possui papel fundamental neste processo de autonomização pela incidência que tem em todas as demais transições próprias da juventude e no modo de vida dos jovens e da sociedade em seu conjunto.

A redução das oportunidades para os jovens no mercado de trabalho, sentida na década de 1990, pode influenciar toda o ciclo da vida produtiva. As oportunidades de trabalho têm sido escassas para os jovens, o desempenho pouco favorável do mercado acirrou a competição pelos reduzidos postos de trabalho, fazendo com que os jovens sejam os mais atingidos. No Brasil, embora existam algumas políticas públicas relativas ao primeiro emprego, estas têm sido insuficientes e, algumas vezes, inadequadas para enfrentar a nova realidade que se configura, a fim de favorecer a entrada desta parcela da população no mercado de trabalho (Pochmann, 2000).

Feitas estas considerações, vale ainda notar que a denominação de juventude ultrapassa sua delimitação estatística, que inclui nesta categoria a população, que pode variar entre 15 e 30 anos. Sanchis aponta que, da perspectiva analítica do mercado de trabalho, é relativamente fácil justificar uma definição operativa de juventude. Jovens seriam aqueles que atingiram a idade mínima obrigatória para o trabalho e que têm menos de 25 anos. O limite inferior seria óbvio, e o superior, estudadas as taxas de atividade e de desemprego segundo faixa etária também se justifica. A mudança expressiva se produz entre a idade de 20 e 24 anos e a de 25 e 29 anos, sendo que nesta última, as taxas de participação e de desemprego mais se equiparam à idade adulta (Sanchis, 1997).

Mas estas definições possuem algumas simplificações, como por exemplo, a persistência do trabalho infantil mesmo nas sociedades mais avançadas e o alargamento do tempo de permanência no sistema de ensino. Neste relatório, a escolha de trabalhar com as pessoas com idade entre 15 e 29 anos pretendeu captar esta mudança que ocorre entre os 24 e 29 anos e, ao mesmo tempo, a manutenção do limite inferior em 15 anos pode ser justificada pelo fato de que não se pretendeu analisar o trabalho infantil, tema que mereceria um estudo a parte.

1.2 Educação no Mercado de Trabalho – chave para inclusão?

É alardeado nos meios de comunicação, nos meios acadêmicos e nas instâncias governamentais, que a educação passa a assumir um papel-chave na inclusão social realizada pelo mercado de trabalho, nas sociedades atuais.² No que tange à população brasileira, principalmente dos grandes centros urbanos, observa-se um aumento gradativo da escolarização e redução do analfabetismo, embora com muitos anos de atraso se comparado a outros países com similar nível de desenvolvimento. Depois da segunda guerra, alguns países subdesenvolvidos, especialmente no sudeste asiático, universalizaram a educação básica (ensino fundamental e médio) enquanto o cenário brasileiro continuou bastante atrasado. Apesar de o problema do sistema de ensino brasileiro ter deixado de ser quantitativo, as oportunidades de acesso e permanência continuam assoladoras (Salm, 1998). Cerca de 75% das matrículas estão no ensino fundamental, cerca de 40% da matrícula total se concentram nas duas primeiras séries, em que são as que possuem os maiores percentuais de evasão e repetência. Assim, dos alunos que ingressam no ensino fundamental, apenas 40% ultrapassam a quarta série e somente 22% conseguem concluí-lo (Salm, 1998).

Considerando-se a articulação desses fenômenos, o mercado de trabalho se torna mais seletivo, na medida em que a possibilidade de “escolha” dos empregadores se alarga, uma vez que a oferta de força de trabalho está em patamar mais elevado que a demanda. A população mais jovem passa a ter mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mesmo que possua escolaridade média superior à de gerações passadas. A educação é cada vez mais necessária, embora não seja mais suficiente para garantir ao jovem uma colocação no mercado de trabalho, mas permanece como requisito capaz de evitar o pior constrangimento imposto pela marginalização infantil (ib; Pochmann, 2000).

A desigualdade social e econômica no Brasil, amplamente estudada desde década de 1960, indica que alguns grupos sociais, os jovens, as mulheres, os pretos e pardos, possuem uma dificuldade extra (resultado da discriminação e da desigualdade de preparação para a competição) de entrada no mercado de trabalho. As condições prévias da vida familiar em relação ao grupo étnico, origem geográfica e a base socioeconômica interferem diretamente na colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil.

Ao mesmo tempo, o padrão da mobilidade social se transforma nas décadas finais do século XX, indicando que se o processo de urbanização brasileiro na década 1950 possibilitou uma

mobilidade horizontal e vertical, ao mesmo tempo em que galgar posições no sistema escolar era garantia de ocupar postos de trabalho “estáveis e bem remunerados”, hoje a competição diminuiu este movimento. Como ressaltam Pastore e Silva (2000), a criação de postos de trabalho não-manuais no comércio, nos serviços e na indústria, na década de 1950 a 1970, facilitou a incorporação de trabalhadores que se dedicavam a ocupações manuais independente do grau de escolaridade. Isto significou que mesmo aqueles trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução experimentaram uma mobilidade naquela época. No entanto, no passado houve pouca mobilidade circular, que geralmente ocorre nas sociedades mais desenvolvidas. Atualmente, o Brasil exibe uma pequena redução da mobilidade estrutural³ e um aumento da mobilidade circular que aumentou 24% entre 1973 e 1996, o que indica que o mercado de trabalho está mais competitivo: “*para algumas pessoas subirem outras têm de desocupar a posição que ocupam. O peso da qualificação, competência e educação aumentou, quanto se compara os dados de 1996 com os de 1973*” (Pastore e Silva, 2000:7).

Vale notar que, apesar de ter havido grande mobilidade social no Brasil, a desigualdade econômica e social persistiram. Um dos reflexos da conjugação destes fatores pode ser sentido pela percepção dos jovens da estrutura de oportunidade do país. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) realizou uma pesquisa em 1999 que indicou que a juventude brasileira é a segunda mais pessimista quanto ao futuro, superada apenas pela Colômbia. Nesta constatou-se que 70% dos jovens acreditavam que não teriam condições de viver e trabalhar melhor que seus pais (Pochmann, 2000).

Pochmann atribui a dois fatores o pessimismo da juventude brasileira. A estrutura social do país em que destaca-se a desigualdade econômica, pobreza, analfabetismo e violência e o fato de que as escolhas políticas na área econômica dificultam a inserção ocupacional dos jovens de todas as classes sociais. Ao mesmo tempo, ele ressalta que “*o desemprego fragiliza a percepção da juventude de que através do trabalho possa superar as dificuldades existentes.*” Na medida em que a criação de postos de trabalhos que possa incorporar os jovens na vida produtiva está sendo, até certo ponto, ameaçada pelo baixo dinamismo econômico, o pessimismo em relação às perspectivas pode levá-los a outros valores, sendo o individualismo, a violência e a fuga da realidade através da droga crescentemente estimulados (ib:6).

² *Embora isso não se restrinja ao mercado de trabalho, nas sociedades contemporâneas, recrudescer o papel da educação como fator de integração moral, lógico e cultural, mediante a construção de valores e vínculos sociais que propiciam a aquisição cultural possibilitando a participação dos indivíduos nas sociedades que se apresentam cada vez mais complexas.*

³ *mobilidade estrutural decorria da transformação na composição setorial do mercado de trabalho. E a circular se refere à mobilidade por “trocas” de posição, para uma pessoa ascender, outra necessariamente, deve descender.*

Apesar da elevação dos níveis de educação formal deste segmento da população, o nível dos empregos não avançou da mesma forma, contribuindo para a piora do padrão de inserção ocupacional. As dificuldades para encontrar o primeiro emprego, de manter-se na ocupação que conseguem, demonstram um panorama distinto daquele verificado em momentos anteriores da história do país. Houve uma piora na qualidade dos postos de trabalho reservados aos jovens, o que pode ser visto pela redução da participação destes no emprego assalariado e aumento no trabalho autônomo.

Embora, até aproximadamente a década de 1980, foram produzidas e reproduzidas condições extremamente desfavoráveis para parte da juventude, tais como o trabalho infantil e escravo e a exploração destes em ocupações sub-remuneradas e precárias, havia também oportunidades de inserção em setores modernos da economia em decorrência do crescimento da industrialização no país. Na última década do século XX, as oportunidades de ingresso dos jovens no setores modernos tornaram-se cada vez mais escassas. Segundo Pochmann (1998), “*o movimento de exclusão parece prevalecer, trazendo novas condições de produção e reprodução da marginalidade social nas faixas etárias mais baixas da PEA.*”

A população jovem, hoje, tem que conviver com um cenário distinto do de seus pais. A seletividade do mercado de trabalho faz com que mais de um terço dos jovens de 15 a 17 anos estejam desempregados, e atinge também mais de um quarto daqueles com 18 a 24 anos. Neste sentido, o objetivo do bloco suplementar à PED/RMBH foi investigar quais as dificuldades encontradas por estes jovens no mercado de trabalho e a quem elas são atribuídas. A compreensão das características da inserção desta parcela da população foi outra intenção deste estudo, que é de suma importância a fim de identificar mecanismos eficazes e eficientes de políticas públicas que minorem este problema. O trabalho investigará a formação destes jovens, caracterizando se a formação foi realizada em escola pública ou privada, o turno em que estudaram, e também se tiveram acesso a algum tipo de formação além daquela propiciada pela escola formal; a influência do tipo de responsabilidade familiar, vista não só na constituição da própria família mas também do sustento desta. Características do chefe do domicílio em relação à inserção dos jovens são indícios importantes para a verificação da intergeração das desigualdades juntamente com uma investigação superficial da condição dos jovens em relação a seus pais por meio da escolaridade e ocupação (ou situação ocupacional) de ambos.

Vale notar que a dificuldade de inserção dos jovens não se restringe às suas elevadas taxas de desemprego. Quando conseguem uma ocupação, esta geralmente é instável, precária e possibilita

baixos rendimentos. Estes fatos são importantes na medida em que se este segmento da população vai acumulando tal tipo de experiência no mercado, na vida adulta a dificuldade permanecerá e o impacto na pobreza e na desigualdade se recrudesce:

O primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional. (Pochmann, 2000:9).

1.3 Metodologia

Foram entrevistadas 18 523 mil pessoas entre outubro e dezembro de 2000. 33,8% da amostra (6 207 pessoas) foram entrevistadas no mês de outubro, 34,1% (6 256 pessoas) em novembro e 32,1% (5 890) em dezembro.

O Bloco Suplementar, que investigou a inserção ocupacional e a formação dos jovens de 15 a 29 anos, foi aplicado em 6 490 pessoas, indicando que esta parcela da população representa 35,4% da população em idade ativa (PIA).⁴

Procedendo-se à expansão da amostra, esta quantidade de pessoas entrevistadas representou a captação de informações de 1 292 000 jovens.

Os resultados apresentados se referem ao trimestre, em decorrência do plano amostral da PED, que tem como unidade o domicílio da área urbana de 26 municípios que compõem esta região. A cada mês, 2 528 domicílios são sorteados por meio de amostragem probabilística, e a amostra se completa no terceiro mês. Os resultados mensais divulgados expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos, indicando que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecedem.

⁴ A PIA corresponde a todos os indivíduos a partir de 10 anos de idade.

1.4 Estrutura do Trabalho

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte faremos uma apresentação dos principais indicadores de inserção no mercado de trabalho das pessoas com idade de 15 a 29 anos, tais como escolaridade, faixa etária, taxa de participação, de desemprego, características do desemprego, como duração, tipo; características da ocupação quanto ao tipo, duração, setor de atividade, e do rendimento.⁵

Construído este cenário, na segunda parte apresentaremos o resultado da investigação realizada no bloco suplementar, lançando mão, sempre que necessário, de cruzamentos com informações que constam no bloco principal da pesquisa. Este foi dividido da seguinte forma:

- primeira seção - investigou-se a estrutura familiar (estado civil, existência de filhos e seu sustento) dos jovens e seu reflexo na condição de atividade;
- segunda seção – foi questionada a formação dos indivíduos, não se restringindo somente ao ensino formal;
- terceira seção – foi analisada a busca por qualificação profissional e experiência de trabalho;
- quarta seção - fez-se uma caracterização da inserção ocupacional dos jovens, ressaltando a trajetória profissional e as estratégias de inserção no mercado de trabalho;
- quinta seção - investigou-se a percepção do mercado de trabalho (comparando-se à percepção que eles tem da inserção de seus pais), e escolaridade e ocupação de seus pais;
- sexta seção – apresentou-se análise da influência do rendimento dos chefes do domicílio na situação ocupacional e precariedade da inserção ocupacional dos jovens;
- última parte do relatório - constam dois anexos, o primeiro, estatístico, e no segundo é apresentado o questionário que foi aplicado para captar as informações dos jovens.

⁵ Estas informações constam no questionário principal da PED/RMBH.

2 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO MERCADO DE TRABALHO NA RMBH

Na década de 1990 os mercados de trabalho urbanos passaram por grandes transformações em sua estrutura produtiva e organizacional. Não obstante, no cenário macroeconômico nacional, as tentativas de debelar a inflação via choque de juros e estagnação do crescimento econômico, tiveram um impacto considerável na capacidade de investimento das empresas, ocasionando a elevação do patamar das taxas de desemprego e queda do dinamismo do mercado de trabalho na RMBH.

Entre 1996 e 2000 o aumento do nível da ocupação (9,5%) foi insuficiente para incorporar o crescimento da população economicamente ativa (16,3%). Como conseqüência, o número de desempregados aumentou 63% no período. A taxa de participação (proporção de pessoas em idade ativa que estão no mercado de trabalho) elevou-se de 56,7%, em 1996, para 57,7%, com a entrada de 286 mil pessoas no mercado de trabalho.

A taxa de desemprego, que atingia 12,7% da PEA em 1996, passa a 17,8% em 2000⁶, representando um aumento de 141 mil desempregados. Os seguidos aumentos do patamar da taxa de desemprego responderam às medidas adotadas pelo governo brasileiro frente às conturbações econômicas no cenário mundial. A crise de Hong Kong, em outubro de 1997, atingiu vários países do sudeste asiático que enfrentaram desvalorizações cambiais imensas e crises bancárias e produtivas. O Brasil amargou perdas cambiais de mais de US\$10 bilhões e um expressivo aumento da dívida pública indexada ao câmbio. O processo de fuga de capitais foi interrompido por um “choque” de juros reais (Prado, 1999). A crise russa, em 1998, teve desfecho semelhante. Com isso, a taxa de desemprego passou para 13,4% em 1997, 15,9% em 1998 e 17,9% em 1999.

Estes indicadores gerais demonstram uma deterioração do mercado de trabalho pelo lado do desemprego, mas houve também transformações na estrutura da população ocupada em termos de qualificação, estatuto do trabalho, qualidade dos postos de trabalho, etc.

Vale notar que estas mudanças atingem cada grupo populacional com diferenças bastantes significativas. O padrão de alocação da força de trabalho não é o mesmo para todos os grupos populacionais.

⁶ Vale notar que, se comparada a 1999 (17,9%), a taxa de desemprego permaneceu praticamente inalterada, embora num patamar bastante elevado.

Neste sentido, este capítulo está estruturado em torno da discussão do impacto destas transformações para a população de 15 a 29 anos, que constitui uma parcela importante da força de trabalho, mas que enfrenta obstáculos para a inserção produtiva no mercado, difíceis de transpor sem uma intervenção efetiva das instâncias reguladoras. Este capítulo está dividido em três partes: a primeira, trata de como o desemprego se apresenta para estes jovens; a segunda, discute as diferenças de inserção no mercado, chamando atenção para o fato de que esta parcela da população está sujeita a ocupações de qualidade inferior às demais; e a última parte, relacionada à anterior, apresenta as diferenças de rendimentos auferidos para a população jovem ocupada.

2.1 Desemprego e Taxa de Participação

Enquanto a taxa total de participação aumentou de 56,7%, em 1996, para 57,7%, em 2000, para os jovens de 15 a 17 anos, esta reduziu-se de 39,2% para 34,8%, o que significou a saída de 10 mil pessoas desta faixa etária do mercado de trabalho. Para **aqueles** com idade entre 18 e 24 anos, a taxa de participação elevou-se de 72,5% para 74,6%, e para os entre 25 e 29 anos, de 79,1% para 82,2%. Assim, entraram 99 mil jovens no mercado de trabalho na faixa etária de 18 e 24 anos, e 28 mil na de 25 e 29 anos, entre 1996 e 2000.

Vale notar que a força de trabalho brasileira e, em especial da RMBH, ainda é bastante jovem, sendo que 43,3% das pessoas que estão no mercado de trabalho (PEA) têm menos de 30 anos. Esta proporção é de 46,6% se considerarmos aqueles que ainda não ingressaram no mercado de trabalho (PIA).

Os aumentos sucessivos da taxa de desemprego na RMBH atingiram todos os grupos populacionais: homens, mulheres, brancos, negros, jovens e adultos. No entanto, além do patamar da taxa de desemprego ser bastante distinto entre os grupos populacionais, a intensidade do aumento recente da taxa foi diferente em cada grupo.

Grande parte dos desempregados têm entre 18 e 24 anos. Enquanto esta parcela da população representa 24,1% da PEA, eles correspondem a 37,4% da população desempregada, indicando que é o grupo que tem mais dificuldade de conseguir uma ocupação, juntamente com a “coorte” imediatamente anterior a esta. A taxa de desemprego deles foi igual a 27,6%, em 2000 contra 19,2%, em 1996, ou seja, 136 mil desempregados estavam nesta faixa etária em 2000.

A PEA com 15 a 17 anos também constitui um grupo que encontra muitos obstáculos para conseguir uma ocupação. Sua taxa de desemprego passou de 34%, em 1996, para 45,6%, em 2000. A estimativa de desempregados correspondeu a 41 mil pessoas. Isso ocorreu mesmo com a queda da sua taxa de participação, ou seja, com a saída de pessoas desta faixa etária do mercado de trabalho. A maior seletividade do mercado de trabalho, em período recente, refletiu, em termos relativos, numa maior restrição encontrada para pessoas deste grupo.

Para os jovens adultos de 25 a 29 anos, a taxa de desemprego aumentou de 11,9% para 16,4%, representando 47 mil pessoas.

TABELA 2.1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXAS DE DESEMPREGO, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2000

ESPECIFICAÇÃO	1996 (%)	1996 (em mil pessoas)	2000 (%)	2000 (em mil pessoas)
População em Idade Ativa (PIA)	100,0	3.190	100,0	3.530
15 a 17 anos	8,0	256	7,0	258
18 a 24 anos	17,5	540	18,7	660
25 a 29 anos	11,0	327	10,0	349
30 anos e mais	51,2	1.581	53,4	1.885
População Economicamente Ativa (PEA) ...	100,0	1.751	100,0	2.037
15 a 17 anos	5,7	100	4,4	90
18 a 24 anos	22,4	392	24,1	491
25 a 29 anos	14,8	259	14,1	287
30 anos e mais	55,5	972	56,7	1.155
População Desempregada	100,0	222	100,0	363
15 a 17 anos	15,3	34	11,2	41
18 a 24 anos	33,9	75	37,4	136
25 a 29 anos	13,9	31	13,0	47
30 anos e mais	31,4	70	36,6	133
Taxa de Participação (PEA/PIA)	56,7		57,7	
15 a 17 anos	39,2		34,8	
18 a 24 anos	72,5		74,6	
25 a 29 anos	79,1		82,2	
30 anos e mais	61,5		61,3	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

Em 1996, os homens eram maioria dentre os desempregados com idade entre 15 e 17 anos (52,6%). Em 2000, a proporção de homens e de mulheres desempregados nesta faixa etária praticamente se igualou.

Dentre os desempregados de 18 e 24 anos, a proporção de mulheres ultrapassou a de homens, em 2000, atingindo 51,4%; em 1996, havia praticamente a mesma proporção de homens e mulheres. O mesmo ocorreu para aqueles com idade entre 25 e 29 anos, em que as mulheres eram 50,3% dos desempregados, em 1996 e passaram a 55,3%, em 2000.

A análise dos desempregados por cor, indica a situação de desigualdade vivenciada por pretos e pardos no mercado de trabalho. Em todos os grupos etários a maioria dos desempregados é

deste grupo de cor: 59,2% daqueles com 15 a 17 anos, 58,1% daqueles com 18 a 24 anos e 58,3% dos com 25 a 29 anos.

O grau de escolaridade dos desempregados também fornece um indício da deterioração do mercado de trabalho, na medida em que mostra que aumentou a proporção daqueles com escolaridade mais elevada. Enquanto em 1996, 23,9% dos desempregados de 15 a 17 anos tinham o ensino fundamental completo ou o médio incompleto, em 2000 a proporção destes aumenta para 51,9%. Assim, se a maioria dos desempregados nesta faixa etária não tinha sequer 8 anos de escolaridade em 1996 (75,3%), estes passam a ser a minoria em 2000 (46,4%).

A mesma tendência é observada para os desempregados com idade entre 18 a 24 anos, em que 50% não tinham completado o ensino fundamental em 1996, e, em 2000, somente 32,9% estavam neste estrato. A proporção de desempregados com ensino fundamental completo aumentou de 27,7%, em 1996, para 34,7%, em 2000. E a parcela daqueles que havia completado o ensino médio elevou-se de 20,1% para 31,3%, no período.

Dentre os jovens adultos de 25 a 29 anos desempregados, a proporção que não tinha completado o ensino fundamental se reduz de 48,5% para 45,4%, e a dos que tinham completado o ensino fundamental de 23,4% para 22,3%; enquanto aumenta a dos que tinham completado o ensino médio, de 21% para 26,1%.

Assim, verifica-se que o fenômeno do desemprego tem um componente cada vez mais importante de desemprego juvenil. Capecchi (*apud* Sanchis, 1997: 105-6) destaca que a tendência de agravamento deste problema persiste mesmo em fases de recuperação econômica, demonstrando que o desemprego juvenil tem apresentado um caráter estrutural e não-conjuntural.

2.2 Evolução da Ocupação dos Jovens na RMBH

Uma das características da inserção dos jovens no mercado de trabalho, apontada por vários autores (Pochmann, 1998 e 1999), se refere ao fato de que o processo de desestruturação do mercado de trabalho, iniciado nos anos de 1980, e estabelecido com mais clareza na década de 1990, tem como aspectos fundamentais a elevação das taxas de desemprego, a redução dos empregados assalariados em detrimento de formas de contratação informais ou ilegais, e a geração de postos de trabalho precários, penalizou especialmente os jovens que não dispõem de condições de equidade em meio à concorrência do mercado de trabalho. Assim, uma maior parcela dos jovens

tende a ficar excluída dos melhores empregos gerados pela economia brasileira, sem que haja uma estratégia específica de reparação deste processo.

Comparando-se somente a segunda metade da década de 1990, constata-se uma redução dos trabalhadores com idade entre 15 e 17 anos, tanto em termos relativos quanto absolutos. Este movimento pode estar relacionado com o aumento da idade inferior legal para contratação, que passou para 16 anos, em 1998 (Emenda Constitucional Nº 20 de 15 dezembro de 1998).

A participação das pessoas de 18 a 24 anos na população ocupada apresentou um ligeiro aumento, de 20,7% para 21,2%, representando um acréscimo de 39 mil ocupações. Já os jovens adultos (25 a 29 anos) tiveram uma pequena queda na participação na população ocupada em relação a 1996, embora em termos absolutos tenha havido a criação de 11 mil vagas, volume inferior ao aumento da PEA nesta faixa etária (28 mil pessoas).

Estes resultados indicam que, embora tenha havido aumento líquido de postos de trabalho neste período (9,5%), este beneficiou as pessoas a partir de 18 anos. O nível ocupacional das pessoas de 15 a 17 anos reduziu-se 27,3%, enquanto o daqueles com idade entre 18 e 24 anos aumentou 12,3% (acima da média total de 9,5%). A elevação de 4,8% no nível da ocupação dos jovens de 25 a 29 anos foi inferior à média. O maior aumento se deu para aqueles acima de 29 anos (13,5%).

TABELA 2.2
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE (RMBH) - 1996-2000

ESPECIFICAÇÃO	1996 (%)	1996 (em mil pessoas)	2000 (%)	2000 (em mil pessoas)
População Ocupada	100,0	1.529	100,0	1.674
15 a 17 anos	4,3	66	2,9	48
18 a 24 anos	20,7	316	21,2	355
25 a 29 anos	14,9	228	14,3	239
30 anos e mais	58,9	901	61,1	1.023

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

Estes resultados devem ser ponderados, se pretendemos analisar a qualidade dos empregos destes jovens, pela análise da evolução da ocupação por setor de atividade econômica e posição na ocupação.

Grande parte dos jovens, em todas as três faixas etárias aqui consideradas, são assalariados. No entanto, existem diferenças significativas quanto à formalização ou não do vínculo empregatício.

Na faixa etária de 15 a 17 anos, no ano de 1996, 26,9% dos ocupados eram assalariados com carteira assinada: em 2000, esta proporção reduz-se para 19,8% (a estimativa de assalariados com carteira assinada caiu pela metade neste período!), ao passo que os que não tinham carteira assinada passam a representar 35,5% em 2000, contra 32,5% em 1996. A proporção de trabalhadores autônomos aumenta de 10,6% para 15,1% entre 1996 e 2000. Embora não tenha havido alteração significativa dentre os empregados domésticos, nesta faixa etária, esta posição na ocupação é responsável por ocupar em torno de 20% dos ocupados que têm entre 15 e 17 anos, indicando a precariedade da inserção desta parcela da população.

Do ponto de vista da posição na ocupação, a situação das pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos é um pouco melhor do que os mais jovens: em 2000, 49% eram assalariados com carteira assinada e 6,9% eram assalariados no setor público. Mas, se comparado a 1996, houve uma ligeira piora da participação destes jovens nas posições mais protegidas pela legislação trabalhista. A proporção de autônomos também se eleva de 11% para 11,7% em 2000.

Para os jovens adultos de 25 a 29 anos, aumenta tanto a proporção de assalariados com carteira assinada quanto a de assalariados sem carteira assinada, de 49,2% para 51,1%, no primeiro caso e, de 8,9% para 9,1%, no segundo. Em 1996, 12,2% deste grupo eram assalariados no setor público e em 2000 esta proporção se reduz para 10,3%, enquanto a proporção de autônomos aumenta de 14,8% para 15,8% no período.

Para o mercado de trabalho em geral, houve aumento do nível da ocupação em todas as posições, sendo que este foi maior, em termos relativos, para os autônomos (19,3%), assalariados sem carteira assinada (10,7%) e assalariados com carteira assinada (9,3%). Do ponto de vista da participação destas posições na ocupação, dentro da população ocupada, constatou-se que a proporção de assalariados com carteira assinada e sem carteira assinada permaneceu praticamente inalterada (de 39,3% em 1996, para 39,2% em 2000, no primeiro caso, e de 9,8% para 9,9%, no segundo). As maiores alterações ocorreram para os assalariados no setor público, que ocupavam 13,7% dos postos de trabalho, em 1996 e 12,7%, em 2000; e para os trabalhadores autônomos, cuja participação passou de 18,6% para 20,6% no período.

TABELA 2.3
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2000

ESPECIFICAÇÃO	1996 (%)	1996 (em mil pessoas)	2000 (%)	2000 (em mil pessoas)
População Ocupada				
15 a 17 anos	100,0	66	100,0	48
Assalariado com carteira assinada	26,9	18	19,8	9
Assalariado sem carteira assinada	32,8	22	35,5	17
Assalariado no setor público	3,5	2	3,7	2
Autônomos	10,6	7	15,1	7
Domésticos	20,1	13	19,9	10
Outros	6,0	4	5,9	3
18 a 24 anos	100,0	316	100,0	355
Assalariado com carteira assinada	50,0	158	49,0	174
Assalariado sem carteira assinada	16,1	51	18,3	65
Assalariado no setor público	7,3	23	6,9	24
Autônomos	11,0	35	11,7	42
Domésticos	12,0	38	11,4	40
Outros	3,4	11	2,5	9
25 a 29 anos	100,0	228	100,0	239
Assalariado com carteira assinada	49,2	112	51,1	168
Assalariado sem carteira assinada	8,9	20	9,1	22
Assalariado no setor público	12,2	28	10,3	25
Autônomos	14,8	34	15,8	38
Domésticos	9,1	21	8,8	21
Outros	5,7	13	4,9	12
30 anos e mais	100,0	901	100,0	1.023
Assalariado com carteira assinada	34,5	311	34,2	350
Assalariado sem carteira assinada	5,8	52	5,7	58
Assalariado no setor público	17,3	156	15,8	162
Autônomos	23,3	210	25,2	258
Domésticos	8,5	77	9,0	92
Outros	10,5	94	10,0	102

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

A composição do mercado de trabalho, segundo setor de atividade econômica, demonstra a redução da participação da indústria e da construção civil no emprego da força de trabalho na RMBH, e ampliação do setor de serviços. A indústria, que ocupava 16,1% da mão-de-obra em 1996, passa a empregar somente 14,5% em 2000. A construção civil reduz sua participação de 8,2% para 7,5%, enquanto o setor de serviços, que ocupava 49,6% dos trabalhadores em 1996, passa a ocupar 52,4%. O comércio continua sendo responsável por 15% dos postos de trabalho.

Estes movimentos atingiram os grupos etários da seguinte forma:

- para os jovens de 15 a 17 anos, constatou-se aumento da proporção que trabalhava no setor de serviços, de 39,8% para 42,5%; no comércio, de 17,2% em 1996 para 18,4% em 2000. A retração da indústria também atingiu os jovens nesta faixa etária, mas a proporção que trabalhava na construção civil praticamente não se alterou;
- para os pessoas de 18 a 24 anos, verificou-se ampliação da proporção dos que trabalhavam no setor de serviços, de 44% para 45,9% e pequena ampliação no comércio, de 18,5% para 18,8%. Houve retração na indústria, de 17,3% para 16,5%, e na construção civil, de 7,3% para 6,8%;

- para os ocupados com idade entre 25 e 29 anos, observou-se que a retração na indústria foi superior à das demais faixas etárias, de 17,9% em 1996 para 15,5% em 2000. Além do comércio ocupar uma parcela menor de pessoas desta faixa etária (proporcionalmente), houve pequena redução de seu espaço ocupacional, de 16,7% para 16,4%.

Finalmente, vale notar que o grupo composto pelo agregado “outros setores”, cujo peso maior é dos serviços domésticos, é um segmento importante para empregar a parcela mais jovem da força de trabalho. Além disso, houve uma pequena retração da ocupação neste setor em todas as faixas etárias que compõem o que estamos denominando de jovens.

TABELA 2.4
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 1996-2000

ESPECIFICAÇÃO	1996 (%)	1996 (em mil pessoas)	2000 (%)	2000 (em mil pessoas)
População Ocupada				
15 a 17 anos	100,0	66	100,0	48
Indústria	14,8	10	11,6	6
Construção Civil	6,9	5	6,7	3
Comércio	17,2	11	18,4	9
Serviços	39,8	26	42,5	20
Outros	21,3	14	20,8	10
18 a 24 anos	100,0	316	100,0	355
Indústria	17,3	55	16,5	59
Construção Civil	7,3	23	6,8	24
Comércio	18,5	58	18,8	67
Serviços	44,0	139	45,9	163
Outros	12,9	41	12,0	43
25 a 29 anos	100,0	228	100,0	239
Indústria	17,9	41	15,5	37
Construção Civil	7,2	16	6,8	16
Comércio	16,7	38	16,4	39
Serviços	48,3	110	51,7	124
Outros	9,9	23	9,6	23
30 anos e mais	100,0	901	100,0	1.023
Indústria	15,5	140	13,8	141
Construção Civil	9,0	81	7,9	81
Comércio	13,3	120	13,0	133
Serviços	52,9	477	55,4	567
Outros	9,3	84	9,9	101

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

2.2.1 Características pessoais dos ocupados

A distribuição dos ocupados por faixa etária e sexo é similar àquela da população em geral.⁷ No ano de 2000 houve um aumento da proporção de mulheres na população ocupada, exceto na faixa etária de 25 a 29 anos, em que as mulheres eram 44,1% em 1996 e 42,7% em 2000. Na faixa etária de 15 a 17 anos, a proporção de homens reduziu-se de 58,9% em 1996 para 56,8% em 2000;

⁷ Exceto se considerarmos a faixa etária de 10 a 14 anos, em que a grande maioria (63,4% em 1996 e 60,8% em 2000) é composta de homens.

na de 18 a 24 anos, os homens ocupavam 56,9% dos postos de trabalho em 1996 e 55,3% em 2000. Para os adultos a partir de 30 anos, a proporção de homens reduziu de 57,9% para 56,3%.

A análise dos dados por cor também indica um aumento da proporção de pretos e pardos dentre os ocupados em todas as faixas etárias. No grupo de 15 a 17 anos, havia 57,2% de pretos e pardos, em 1996 e 60,2%, em 2000. Para aqueles com 18 a 24 anos, a proporção foi de, respectivamente, 51,7% para 54,7%; na de 25 a 29 anos foi de 49,5% para 51,8% e, finalmente, para os ocupados a partir de 30 anos a proporção de pretos e pardos passou de 46,6% em 1996 para 50%.

Este efeito pode ter sido, em parte, determinado pela captação dos dados. Um dos indícios se refere ao fato de que pela PED a proporção de brancos na População em Idade Ativa reduziu-se entre 1996 e 2000, de 51,5% para 48%. Sabe-se que a captação de dados de cor, no Brasil, apresenta problemas decorrentes não somente da composição étnica da população e que, juntamente com a discriminação, geram uma percepção influenciada por outros fatores como a cor do pesquisador, o nível socioeconômico do entrevistado ou do pesquisador. O fato é que é pouco provável que a estrutura étnica da população na região metropolitana de Belo Horizonte se transformasse em período tão curto de tempo.

2.3 O reflexo da Inserção Precária no Mercado de Trabalho: Diferenças de Rendimento

A renda auferida pelos trabalhadores pode ser um indício do tipo de sua inserção no mercado de trabalho. A diferença de renda por faixa etária é enorme, dando suporte para a hipótese da precariedade das ocupações conseguidas pelos jovens.

A renda média aumentou praticamente na mesma proporção entre 1996 e 2000, em todas as faixas etárias, exceto para os adolescentes de 15 a 17 anos, cuja elevação foi de somente 5,9%. Em 2000, a renda deste grupo foi 76,9% inferior à média da população ocupada. Para aqueles que têm entre 18 e 24 anos e, 25 a 29 anos, a renda foi, respectivamente, 50,2% e 16,4% menor do que a média dos ocupados. Já para os trabalhadores com idade igual ou superior a 30 anos, o rendimento foi 26,2% superior à média.

A distribuição por percentil indica que os 10% dos ocupados com rendimentos mais baixos auferiram rendimentos de até R\$ 150,00 e, 50% da população ocupada recebeu até R\$ 330,00. Por faixa etária, estes valores são de, respectivamente: 15 a 17 anos, R\$ 50,00 e R\$ 150,00; 18 a 24

anos, R\$ 136,00 e R\$ 240,00; 25 a 29 anos, R\$ 151,00 e R\$ 352,00; 30 anos e mais, R\$ 151,00 e R\$ 409,00.

As diferenças de rendimento são atribuídas a vários fatores tais como a diferença de escolaridade, a experiência no trabalho e ao tipo de inserção, ou seja, o estatuto do trabalho, o tipo de formalização, o setor de atividade ao qual o indivíduo está inserido.

Estudos⁸ revelam que todas estas variáveis têm um poder explicativo das diferenças de rendimento mas, a que tem um poder explicativo maior é a escolaridade, que estaria associada à produtividade do trabalho e à distribuição de poder numa dada sociedade. Assim, vamos verificar a diferença de rendimento por faixa etária, controlado por escolaridade, posição na ocupação e setor de atividade econômica.

TABELA 2.5
RENDIMENTO REAL MÉDIO SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – 1996-2000

RENDA MÉDIA	1996	2000	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
Ocupados	559	623	11,4
15 a 17 anos	136	144	5,9
18 a 24 anos	278	310	11,5
25 a 29 anos	475	521	9,7
30 anos e mais	718	786	9,5

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

A renda auferida pelos trabalhadores mais jovens é inferior em todos os setores de atividade econômica, posição na ocupação ou níveis de escolaridade. Na indústria, um jovem de 15 a 17 anos teve um rendimento médio de R\$ 173,00, o que correspondeu a 26% do rendimento médio neste setor. Na construção civil, a diferença deste grupo foi de 30%; no comércio, de 29,6%; no setor de serviços, 19,3% e nos serviços domésticos, de 54%.

A renda média dos jovens de 18 a 24 anos também foi inferior à média geral em todos os setores econômicos: na indústria o rendimento deles equivaleu a 49% da média; na construção civil, a 55,5%; no comércio, a 57,1%; e no setor de serviços, a 46,1%.

No grupo de 25 a 29 anos, a renda na indústria foi equivalente à média do setor, em 82,1%; na construção civil, em 77,8%; no comércio, em 87,9%; e nos serviços, em 81,5%.

Os adultos com idade igual ou superior a 30 anos auferem rendimentos superiores à média em todos os setores de atividade econômica.

⁸ Sobre desigualdade de rendimentos ver Fundação João Pinheiro, 1999; Souza, 2000; Camargo, 1991.

Por posição na ocupação, constata-se que mesmo aqueles jovens que conseguem um emprego com carteira assinada, estes possibilitam rendimentos inferiores à média.

Aqueles com idade entre 15 e 17 anos auferiram rendimentos 30,6% inferiores à média na posição de assalariado no setor privado com carteira assinada; 45,2% na de assalariado sem carteira assinada; 21,7% para os autônomos e 58,2% para os domésticos.

Os jovens de 18 a 24 anos, assalariados com carteira assinada, receberam rendimentos equivalentes a 57,5% da média; 74,8% na de assalariados sem carteira assinada; 43,7% na de assalariados no setor público; 60,5% na de autônomos e 91,8% na de empregado doméstico.

Os jovens de 25 a 29 anos, assalariados com carteira assinada, auferiram remuneração média equivalente a 90,1%; 67,8% na de assalariados no setor público; 86,4% na de autônomos. E tiveram rendimentos superiores à média na posição de assalariado sem carteira assinada (29%) e na de empregado doméstico (1,5%).

A análise por escolaridade também revela que mesmo que os jovens tenham o mesmo grau de escolaridade de um adulto ele tem probabilidade de ter remunerações menores. Ao mesmo tempo, a diferença em relação à média do grupo aumenta nos graus mais elevados de escolaridade. Dentre os adolescentes de 15 a 17 anos, observou-se que para os com menos de 8 anos de escolaridade, a renda média equivalia a 41% da dos ocupados neste nível de escolaridade. Para aqueles que completaram o ensino fundamental, correspondia a 34%, e com o médio completo, a 26% da renda média do grupo de escolaridade.

Considerando-se os jovens de 18 a 24 anos, verificou-se que, aqueles com fundamental incompleto auferiram rendimentos equivalentes a 71% da média. Os que completaram o ensino fundamental, receberam o correspondente a 62%, em média, do grupo de escolaridade. Os que completaram o ensino médio, a 53% e, os que completaram o ensino superior, 43%.

Dentre os jovens de 25 a 29 anos a diferença de rendimentos em relação à média, diminuiu consideravelmente, sendo que os que tinham menos de 8 anos de escolaridade e os que concluíram o ensino fundamental seus rendimentos equivaliam a, respectivamente, 92% e 95%. Os que tinham completado o ensino médio receberam rendimentos equivalentes a 83% da renda média e os que fizeram curso superior, a 67%.

TABELA 2.6
RENDIMENTO REAL MÉDIO, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SETORES DE ATIVIDADE E
ESCOLARIDADE – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - 2000
(EM R\$ DE DEZ/00)

ESPECIFICAÇÃO	15 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	30 ANOS E MAIS	TOTAL
Setor de Atividade					
Indústria	173	333	555	878	676
Construção Civil	409	637	526
Comércio	164	316	486	737	553
Serviços	142	339	599	906	735
Posição na Ocupação					
Assalariado com carteira	178	334	527	734	581
Assalariado sem carteira	145	239	414	455	321
Assalariado no setor público	434	674	1.131	994
Autônomos	117	326	466	601	539
Domésticos	114	180	199	211	196
Grau de Instrução					
Analfabeto	226
Fundamental incompleto	137	240	311	377	337
Fundamental completo	149	275	418	603	442
Médio completo	183	363	570	944	691
Superior completo	841	1.299	2.101	1.940

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

(...) O número de observações não permite desagregação a este nível.

Esta parte do relatório teve por objetivo traçar um panorama da inserção dos jovens no mercado de trabalho local, na segunda metade da década de 1990, evidenciando as diferenças que ocorrem ao passo que as pessoas vão envelhecendo e comparando a condição de inserção das diversas faixas etárias. A precariedade da inserção no mercado de trabalho, juntamente com a exclusão por meio do desemprego, desta parcela da população, são fatos que merecem atenção na medida que influenciam a trajetória futura dos indivíduos.

Foi demonstrado que a deterioração do mercado de trabalho atinge alguns grupos populacionais de forma mais intensa, sendo os jovens um dos grupos mais influenciados por este processo por que passam os mercados de trabalho urbanos. A idade é usada como uma *proxy* de experiência no mercado de trabalho, e assim, evidencia-se a associação entre renda e idade, precariedade das relações de trabalho e idade, desemprego e idade. Esta associação pode implicar que ao passo que os indivíduos envelhecem, conseguem trabalhos de qualidade superior. No entanto, vale reiterar que quando um indivíduo acumula experiências de trabalho precárias, com baixos rendimentos e com relações instáveis de trabalho, na idade adulta, a probabilidade de conseguir uma inserção em empregos de mais alta rentabilidade (econômica e social), produtividade e qualidade, se reduz.

3 INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO: ESFORÇO DE COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO DOS JOVENS NA RMBH

Este capítulo busca analisar algumas questões relacionadas com a situação desfavorável dos jovens no mercado de trabalho. Longe da pretensão de esgotar a questão, que não é objeto deste trabalho, os resultados apontam para a importância do tema e sinalizam para tendências pouco discutidas ou exploradas.

Vale notar que não foi intenção inicial da investigação que foi aqui empreendida ater-se neste foco, mas constatou-se que a profunda desigualdade social existente no país acabou figurando como um dos fatores fundamentais para a compreensão da maior vulnerabilidade de grande parte do grupo estudado. Assim, trabalhar com um determinado grupo etário não significou homogeneidade das condições e constrangimentos vivenciados pelo grupo. Neste sentido, optou-se por, neste relatório preliminar, apresentar as dificuldades encontradas pelos indivíduos, demonstrando que as oportunidades de rompimento com as condições desfavoráveis são desigualmente distribuídas por este universo.

O texto está estruturado em torno de quatro eixos: em primeiro lugar, apresenta-se uma análise da estrutura familiar dos jovens, com o intuito de verificar o comprometimento familiar e o comprometimento com a esfera do trabalho. Em segundo, apresenta-se a formação profissional e o percurso do jovem no sistema de ensino e seu reflexo no sistema produtivo. Em terceiro lugar, serão apresentadas as estratégias de profissionalização e da experiência de trabalho, como formas de melhorar a condição no mercado. A relação da inserção profissional dos pais juntamente com sua escolaridade, com as mesmas variáveis para os filhos, foram apresentadas na quarta parte do texto. Esta seção buscou explorar a hipótese da influência do *background* dos jovens em suas possibilidades de inserção profissional. E, por último são apresentados os resultados referentes à renda do chefe do domicílio em relação à condição social e ocupacional dos jovens.

3.1 Estrutura Familiar e Comprometimento com o Mercado de Trabalho

A juventude é uma fase de transição em que os indivíduos estão formando não somente sua personalidade, mas é, ao mesmo tempo, um período de preparação para a entrada no mercado de trabalho. Este fomento ocorre, principalmente, no sistema de ensino. O grau de escolarização dos indivíduos, na sociedade atual, tem sido um quesito cada vez mais demandado pelas empresas. O aumento desta exigência resulta das transformações recentes do mercado de trabalho e também da redução do nível de atividade da economia, que acirra a competição pelos postos de trabalho

oferecidos. Vários fatores podem interferir nesta fase de preparação: os constrangimentos impostos pelo sistema de ensino a determinados estratos sociais, a origem e o *background* familiar, a necessidade de entrada antecipada no mercado de trabalho, a constituição precoce de família, etc.

O comprometimento dos jovens com a família influencia, de certa forma, sua condição de atividade. Mais do que o fato de ser solteiro ou casado, o sustento de filhos implica necessariamente inserção no mercado de trabalho. A distribuição dos jovens por estado civil indica que 21,8% são casados e 76,9% solteiros; 25% têm filhos e 16,3% colaboram com o sustento dos filhos; 8,7% têm filhos mas não apresentam comprometimento com seu sustento.

Pequena parte dos jovens contrai matrimônio em tenra idade. Dos jovens de 15 anos, 1,9% eram casados, dos de 16 anos, 1,7%, e dos de 17 anos, 3,7%. Dentre os casados, 11,1% tinham até 20 anos; 40,4% tinham entre 21 e 25 anos; e 48,5% entre 26 e 29. No entanto, existem diferenças significativas entre homens e mulheres. Quase a totalidade das pessoas que casaram antes de 17 anos são mulheres. Dos homens casados, 2,2% tinham 17 ou 18 anos; 4,7%, 19 e 20 anos; 39,7% tinham entre 21 e 25 anos e 54,5% entre 26 e 29 anos. Das mulheres casadas, 3,6% tinham entre 15 e 17 anos; 10,7% entre 18 e 20 anos; 41% entre 21 e 25 anos; e 44,6% entre 26 e 29 anos (tabela 5.1.23 do Anexo Estatístico).

A articulação entre casamento e esfera do trabalho também é diferente entre os sexos. Enquanto a constituição de família para os homens implica responsabilidade econômica, esfera pública, para as mulheres implica maior responsabilidade com a esfera privada. Fato este que pode ser visto pela queda da taxa de participação das mulheres no auge de seu ciclo reprodutivo.

Embora haja uma transformação da sociedade em direção à ocupação de espaços mais expressivos na esfera pública, pelas mulheres, o casamento precoce pode competir com a continuidade dos estudos, e com a entrada no mercado de trabalho. Da mesma forma que a taxa de participação feminina decresce, quando estas começam a ter filhos (mais do que quando se casam), existe uma clara associação entre taxa de participação e escolaridade, que aumentam no mesmo sentido.⁹

O resultado desse fato, em relação à esfera do trabalho, é que enquanto 30,7% dos jovens solteiros são inativos, esta proporção se reduz para 26,9% no caso dos casados e 13,4% para os separados/divorciados. Já o fato de ter filhos demonstra resultados interessantes: aqueles que

⁹ *Esses dois indicadores evoluem no mesmo sentido tanto para homens quanto para as mulheres; no entanto, o aumento da taxa de participação com o aumento da escolaridade é maior para as mulheres.*

possuem filhos e não os sustentam estão mais representados na inatividade do que aqueles que não têm filhos; entretanto, a proporção de jovens desempregados é bastante superior dentre aqueles que não sustentam os filhos do que dentre aqueles que ajudam no sustento da prole ou, ainda, daqueles que não têm filhos (tab. 3.1).

A proporção de ocupados é maior dentre os que têm filhos e os sustentam e menor dentre os que têm filhos e não os sustentam. Assim, dentre os jovens que têm filhos e colaboram para seu sustento, 10,3% eram desempregados, 84,1% eram ocupados e somente 5,5% eram inativos. Estas cifras são para os jovens que têm filhos e não os sustentam: 28,8%, desempregados, 6,7%, ocupados, e 64,5%, inativos. Para aqueles que não têm filhos, 16,9% eram desempregados, 52,2% eram ocupados, 30,9% eram inativos (tab. 3.1).

TABELA 3.1
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	DESEMPREGADO	OCUPADO	INATIVO	TOTAL
Estado civil				
Solteiro	17,3	52,1	30,6	100,0
Casado	15,5	57,6	26,9	100,0
Viuvo	8,9	50,8	40,3	100,0
Divorciado/separado	22,1	64,5	13,4	100,0
Filhos				
Sim, e sustenta	10,3	84,1	5,5	100,0
Sim, e não sustenta	28,8	6,7	64,5	100,0
Não tem filhos	16,9	52,2	30,9	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

Considerando-se somente os jovens ocupados, observa-se que dos que são solteiros, 72,5% eram assalariados e 13,4% autônomos, contra, respectivamente, 67,2% e 17% dos casados, indicando que a inserção dos casados é mais precária do que a dos solteiros (tabela 5.1.21 do Anexo Estatístico).

O controle do estado civil por escolaridade revela que os jovens casados possuem escolaridade inferior aos solteiros. Enquanto 27,4% dos solteiros ocupados não haviam completado o ensino fundamental, 41,1% dos casados tinham menos de oito anos de escolaridade. Da mesma forma, a proporção de solteiros que completaram o ensino fundamental foi igual a 39,6%, e a de casados foi de 26,1%.

3.2 Formação Profissional e Trajetória no Sistema de Ensino

A articulação entre sistema de ensino e sistema de produção tem sido alvo de intensos debates nos últimos anos.¹⁰ Estas discussões giram em torno do tipo de demanda que o mercado de trabalho faz em termos de qualificação profissional, do impacto das transformações da esfera produtiva nesta demanda, em como o sistema de ensino responde a essa demanda e até se deve responder. Vale notar que a escola é uma instituição que possui relativa autonomia frente ao sistema de produção para definir o tipo de formação que irá propiciar, para definir os conteúdos programáticos, etc. No entanto, o sistema de ensino procura responder aos anseios do mercado (e do que a sociedade civil como um todo, espera dele) e o mercado interpreta o tipo de formação que o indivíduo adquiriu, e que ponto alcançou no sistema de ensino, atribuindo-lhes valores que resultarão em “recompensas” diferentes.

Como as oportunidades são desigualmente distribuídas, alguns grupos sociais são alocados em posições menos valorizadas econômica e socialmente. As mulheres, os negros e os jovens constituem grupos que se encontram em relações mais precárias de trabalho, no setor informal, no serviço doméstico, em formas de terceirização, trabalhos em tempo parcial e domiciliar, sem contar que apresentam taxas de desemprego sempre superiores, demonstrando a vulnerabilidade social destes segmentos.

O tipo de trajetória no sistema de ensino depende, em certa medida, da origem social¹¹ e terá impacto na alocação posterior no mercado de trabalho, gerando um círculo vicioso que só poderá ser rompido com medidas eficazes em direção ao alcance da igualdade de oportunidades.

A investigação realizada no bloco suplementar à PED confirma que a escola pública do ensino fundamental e médio é responsável pela formação de grande parte dos jovens na RMBH. Daqueles que cursaram alguma série do ensino fundamental, 89,2% o fizeram em escola pública; esta proporção se reduz no ensino médio, mas ainda é responsável por atender 75,6% dos jovens pesquisados. Esta relação se inverte no ensino superior, em que somente 30,9% dos jovens que alcançaram este nível de escolaridade, conseguiram ingressar numa universidade pública (tab. 3.2).

A escola pública responde pela formação da maioria dos jovens durante os primeiros onze anos de estudo (educação básica que é composta pelo ensino fundamental e médio); enquanto as

¹⁰ Ver: Bourdieu, 1974, 1989; Harvey, 1992; Goldthorpe: 1981.

¹¹ O que pretende-se ressaltar não é que a origem social é fator preponderante no fracasso e evasão escolar, mas que a escola não consegue romper com a situação desvantajosa que os alunos das estratos sociais mais baixos chegam à escola.

instituições privadas possuem um peso grande no ensino superior, atendendo 69,1% dos jovens que atingem este nível escolar.

O ensino superior, que desde sua criação no século XIX estava restrito às classes do topo da pirâmide social, passa por uma nova segmentação, em que ainda não se sabe a direção. A proliferação de pequenas (ou grandes) escolas privadas de ensino superior aumenta a oferta de vagas, mas devido aos altos preços das mensalidades, para os padrões brasileiros, não é possível dizer que as camadas mais baixas se beneficiarão deste aumento (além dos obstáculos que só pequena parte consegue transpor para chegar a este nível no sistema de ensino).

O turno em que são realizados os estudos pode ser visto como um reflexo das desigualdades sociais existentes, uma vez que os jovens de diferentes classes sociais estão submetidos a pressões distintas que os levam a estudar durante o dia ou à noite. A possibilidade de estudar na parte do dia dificulta ou impossibilita a entrada no mercado de trabalho. Em decorrência de vários fatores, os jovens advindos de classes mais desfavorecidas sofrem pressões para entrada no mercado de trabalho em idades inferiores aos jovens de famílias dos estratos sociais mais elevados. Isso se verifica em todos os níveis escolares.

No ensino fundamental a maioria dos jovens, 80,8%, estuda durante o dia. No ensino médio, 51,2% estudam à noite e, no superior 43,2% estudam neste horário. Pesquisas educacionais revelam que o grau de aproveitamento dos alunos nos cursos noturnos é menor que nos diurnos. Um dos fatores apontados para este resultado é o fato de que a maioria dos discentes que estudam neste horário têm alguma responsabilidade durante o dia, chegam à escola já cansados depois de horas de trabalho, interferindo em sua concentração, capacidade de apreensão de conteúdos, etc.

Célia Pezzolo de Carvalho (1981 e 1984) realizou uma pesquisa no final da década de 1970, no interior de São Paulo, explorando as dificuldades que os alunos do curso noturno enfrentam, tema que também foi abordado por Maria Bernadete Santa Cecília Caporalini (1991), na segunda metade da década 1980 numa escola estadual de 1º grau (2º segmento) no interior de Minas Gerais.

Ambos os estudos falam das dificuldades que o aluno trabalhador enfrenta para prosseguir seus estudos nos cursos noturnos. Grande parte dos alunos chega atrasado para a primeira aula, além de apresentarem uma frequência bastante irregular durante todo o ano. A evasão também é uma característica muito presente entre estes jovens, cujas causas diagnosticadas por Caporalini (1991:81) são: “o desânimo, dificuldades no processo de aprendizagem, incompatibilidade de

horário (escola-trabalho), carência socioeconômica, falta de adaptação ao regime escolar e inadequação de trabalho do professor”, além da falta de confiança e diálogo com o mundo adulto.

Os dois estudos fazem um diagnóstico a respeito da origem destes jovens, que seriam oriundos das camadas sociais mais carentes. Para Carvalho (1984), alguns jovens persistem nos estudos a despeito das dificuldades de conciliação da escola e trabalho incentivados pela crença de que a formação propiciada pelo sistema de ensino possibilitará uma melhora em suas condições profissionais e, assim, de sobrevivência e ascensão social.

Os cursos no horário noturno apresentam um índice maior de alunos mais velhos e o número de reprovações é maior que o diurno, o que pode ser explicado pela necessidade de combinar trabalho e estudo. Ademais, muitas vezes, as próprias empresas pressionam seus funcionários a retornarem à escola.

Estes jovens apresentam vivências diferenciadas dos alunos de outras classes sociais, principalmente dos que freqüentam os cursos diurnos. Eles têm uma experiência de vida similar à dos adultos, em função de sua inserção precoce no mercado de trabalho e de responsabilidades assumidas ainda muito jovens, na grande parte das vezes voltadas para colaborar para a sobrevivência do núcleo familiar.

É nesta perspectiva, de jovens que de alguma forma vêm-se obrigados a entrar no mundo adulto antecipadamente, tendo inclusive que assumir as responsabilidades desta mudança, que os jovens trabalhadores buscam nos cursos noturnos uma possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho, ascensão social e desenvolvimento social. Entretanto, além das dificuldades de toda ordem enfrentadas por estes jovens (cansaço, *stress*, problemas familiares, falta de dinheiro para adquirir material, alimentação deficiente) até que ponto a escola busca uma adequação do curso noturno para esta clientela específica?

O aproveitamento escolar é inferior ao dos alunos que estudam durante o dia. Carvalho (ib:44) verificou que, no período diurno, de um total de 665 alunos, houve 47% de aprovações, 30% de recuperações e 23% de retenções. No período noturno, de um total de 285 alunos, 20% foram promovidos, 30% ficaram em recuperação e 50% retidos, indicando que no noturno houve quase o dobro de reprovações.

A conclusão a que se chega diante deste quadro, é que o desempenho dos jovens trabalhadores é inferior ao dos jovens que freqüentam cursos diurnos.¹²

TABELA 3.2
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO A INSTITUIÇÃO QUE REALIZOU OS ESTUDOS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR
Instituição			
▪ Pública	89,2	75,6	30,9
▪ Privada	10,8	24,4	69,1
Total	100,0	100,0	100,0
Turno			
▪ Diurno	80,8	48,8	56,8
▪ Noturno	19,2	51,2	43,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

As dificuldades apontadas acima incidem no fato de que a inserção no mercado de trabalho é mais difícil para os jovens que tiveram uma formação à noite ou em escola pública durante os onze primeiros anos de sua vida escolar. Daqueles que fizeram (ou fazem) o ensino médio em escola pública, 18% estão desempregados, 57,3%, ocupados e 24,7%, inativos. Se o ensino médio foi realizado em escola privada, somente 11,3% estão desempregados, 54% ocupados e 34,7%, são inativos.

O mesmo ocorre no ensino superior. Quando este é realizado em escola privada, 11,3% estão desempregados, 67,8% ocupados e 20,9% inativos, ao passo que, quando é realizado em escola pública, a proporção de desempregados reduz-se para 7,9%, a de ocupados para 59,9% e a de inativos aumenta para 32,2%.

Estes dados nada dizem a respeito da qualidade do ensino privado e público mas, provavelmente, indicam como o tipo de formação propiciada pela escola é interpretada pela sociedade/mercado e traduzida em inserções diferenciadas. Vale notar ainda, que ingressar numa escola privada ou pública, nos diversos níveis de instrução, está inextrincavelmente relacionado à classe social dos indivíduos. Assim, a possibilidade de adiar a entrada no mercado de trabalho se restringe a uma parte das pessoas com condições sócio-econômicas melhores, o que pode ser visto pela maior proporção de inativos dentre aqueles que estudaram em escola privada no ensino básico e em escola pública no ensino superior (tab. 3.3).

¹² Outros trabalhos também indicam o alto índice de repetência e evasão dos alunos dos cursos noturnos. Ver: Betânia Laterza (1994), referente a uma pesquisa realizada em 14 escolas da rede estadual noturna da cidade de Ituiutaba (MG).

Para aqueles que estudam no turno diurno, a proporção de desempregados é bem menor, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio. No curso superior, a diferença de inserção por turno se apresenta mais em relação à proporção ocupada e inativa do que desempregada. Assim, enquanto aqueles que estudam/estudavam durante o dia, 57,9% estavam ocupados e 30,8% inativos; daqueles que estudam/estudavam durante a noite, 74,2% estavam desempregados e somente 15,7% inativos.

Como o tipo de instituição que os indivíduos ingressam está bastante associada com a classe social, verifica-se que a maior proporção encontrada de jovens que entraram precocemente no mercado de trabalho (entre 10 e 14 anos) estudaram em escola pública. No geral, constata-se que 39,9% dos jovens começaram a trabalhar entre 15 e 17 anos, 33,3% entre 18 e 24, e 25,8%, entre 10 e 14 anos (tabela 5.1.15 do Anexo Estatístico). A entrada precoce no mercado de trabalho tem sérias conseqüências para os indivíduos, como a evasão escolar e a repetência. Outro fato importante é que os trabalhos conseguidos em idade tenra são geralmente precários, influenciando os trabalhos que serão conseguidos posteriormente, o que será discutido na parte final deste capítulo.

TABELA 3.3
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E FORMAÇÃO EDUCACIONAL –
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	DESEMPREGADO	OCUPADO	INATIVO	TOTAL
Instituição				
Ensino Fundamental				
Pública	17,5	54,4	28,1	100,0
Privada	12,7	47,8	39,5	100,0
Ensino Médio				
Pública	18,0	57,3	24,7	100,0
Privada	11,3	54,0	34,7	100,0
Ensino Superior				
Pública	7,9	59,9	32,2	100,0
Privada	11,3	67,8	20,9	100,0
Turno				
Ensino Fundamental				
Diurno	16,3	52,0	31,7	100,0
Noturno	19,7	61,2	19,1	100,0
Ensino Médio				
Diurno	13,8	46,3	39,9	100,0
Noturno	18,8	66,4	14,8	100,0
Ensino Superior				
Diurno	11,3	57,9	30,8	100,0
Noturno	10,1	74,2	15,7	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

3.3 A Busca pela Profissionalização e pela Experiência de Trabalho

3.3.1 Cursos técnicos e de qualificação

Historicamente, a educação profissional passou por uma série de transformações que buscavam se adequar ao desenvolvimento industrial brasileiro, que em diversos contextos demandou novos requerimentos para formação da mão-de-obra. O ensino profissional, desde o período do Brasil Império, havia sido inteiramente marginalizado em relação à educação secundária, tendo em vista que o primeiro tinha a finalidade de formar trabalhadores manuais, enquanto o segundo destinava-se aos que ocupariam as funções dirigentes (Santos, 2000).

Nesse ponto, percebe-se a dualidade do sistema de ensino. Aos indivíduos que terminassem o ensino industrial, comercial ou agrícola, não era facultado o direito de frequentar nem os cursos clássico e científico, nem o curso superior. A equivalência parcial foi inaugurada em 1950 (Lei Nº 1 076 de 31 de março) para a entrada nos cursos secundários e em 1953 (Lei Nº 1 821 de 12 de março) para a entrada nos cursos superiores, desde que os egressos dos cursos profissionais se submetessem a exames, no primeiro caso, das disciplinas não-cursadas nos cursos profissionais e compreendidas no primeiro ciclo do curso secundário e, no segundo, de adaptação (ib).

A articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, que possibilitou a entrada em qualquer curso do ensino superior para qualquer aluno que tivesse concluído o ramo secundário ou profissional, foi aprovada no final de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB Nº 4 024, de 20 de dezembro). Porém, a equivalência proposta nesta lei não conseguiu superar a dualidade, já que continuaram existindo duas redes de ensino no sistema educacional. O ensino secundário continuou mantendo um *status* mais elevado, sendo mais reconhecido socialmente.

A partir da segunda metade da década de 1990, com base nos dispositivos da LDB Nº 9 394/96 e do Decreto Nº 2 208/97, o ensino técnico passa a ter apenas o caráter de complementar o ensino médio, tendo em vista que a certificação do aluno, em qualquer habilitação, só será possível mediante a conclusão da etapa final da educação básica. Isso indica a recomposição da dualidade do sistema e rompimento com a equivalência, apesar de que a estrutura do ensino médio e profissional proporcione uma articulação entre as duas modalidades.

Os cursos técnicos são pouco procurados pelos jovens de 15 a 29 anos: 87,8% deles não fizeram curso técnico. Além disso, grande parte das pessoas que fez curso técnico (46,6%), não exerceu nenhum trabalho relacionado com ele. Entretanto, é notável que a parcela majoritária dos

jovens que realizou curso técnico é ocupada, e a proporção de inativos é muito menor do que aqueles que não o fizeram.

O curso técnico mais procurado foi na área de gerência e administração (4,6%), seguido dos cursos na área de ensino (2,9%), informática e eletrônica (1,8%) e mecânica e eletrotécnica (1,1%) (tabela 5.1.6 do Anexo Estatístico). Vale ressaltar ainda, que existe uma parcela pequena (a menor encontrada) de pessoas que fizeram curso técnico de informática e está desempregada.

Dentre os que cursaram ensino técnico, observa-se algumas diferenças quanto ao exercício de trabalhos a ele relacionado em função da área de formação. Na área de mecânica (71,2%) e informática (66,1%) a maior parte dos jovens exerce ou exerceu algum trabalho relacionado com o curso; nas demais áreas, saúde (59,3%), ensino (55,1%) e gerência (40,2%), uma parcela menor, embora significativa, possuiu algum trabalho a ele relacionado. A proporção dos que ainda exercem o trabalho relacionado com o curso técnico também é superior nos cursos realizados na área de informática e mecânica (tab. 3.4).

Quanto aos cursos de qualificação profissional, 29,1% dos entrevistados buscaram esta modalidade, sendo que o mais procurado foi o de informática (16,3%), seguido de administração e vendas (3%). Além disso, vale acrescentar que 58,2% das pessoas que fizeram algum curso de qualificação não estavam trabalhando durante o curso, o que pode estar indicando que estes cursos são procurados não somente para melhorar a inserção ocupacional mas também a probabilidade de conseguir uma vaga no mercado, quando necessário (tabela 5.1.7 do Anexo Estatístico).

TABELA 3.4
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS, SEGUNDO CURSO TÉCNICO E DE QUALIFICAÇÃO, POR EXERCÍCIO DE TRABALHO A ELE RELACIONADO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO /2000

ESPECIFICAÇÃO	EXERCE TRABALHO RELACIONADO AO CURSO	EXERCEU TRAB. RELACIONADO AO CURSO	NÃO EXERCEU TRAB. REL. AO CURSO	TOTAL
Área do Curso Técnico				
Gerência	21,7	18,5	59,8	100,0
Saúde	47,7	11,6	40,7	100,0
Mecânica	54,8	16,4	28,8	100,0
Informática	54,3	11,8	33,9	100,0
Ensino	34,7	20,4	44,9	100,0
Outros	40,6	20,2	39,2	100,0
Área do Curso de Qualificação				
Informática	25,9	8,7	65,4	100,0
Idioma	14,4	16,8	68,8	100,0
Saúde	62,9	9,9	27,2	100,0
Iso(s)	61,9	29,8	8,3	100,0
Educação	71,0	13,8	15,0	100,0
Administração	39,1	14,1	46,8	100,0
Cozinha	23,4	22,9	53,7	100,0
Cabeleireiro	47,6	29,9	22,5	100,0
Outros	41,0	18,3	40,7	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

A busca por cursos de qualificação ou técnico-profissionais está, em grande medida, associada à preparação para a entrada no mercado de trabalho ou mesmo à tentativa de melhorar a inserção neste *locus*. Alguns cursos como os de Iso 9000 e assemelhados são procurados por pessoas que já possuem uma ocupação, o que pôde ser evidenciado pela investigação aqui apresentada. Os cursos de qualificação de educação, ao que parece, também são procurados por pessoas que já atuam na área. Nas demais áreas, constata-se que grande parte dos entrevistados estão ocupados, sendo que a maior proporção de desempregados foi encontrada para aqueles que fizeram curso de qualificação em administração (22,6%), cozinha (20,9%), informática (20,1%), idioma (19,9%) e de cabeleireiro e assemelhados (19,3%). Aqueles que fizeram curso de qualificação na área de saúde (12,1%) e de educação (12,8%) apresentam as menores proporções de desempregados (tabela 5.1.7 do Anexo Estatístico).

Ao mesmo tempo, existe uma parcela grande destes jovens que fizeram algum curso de qualificação que são inativos, ou seja, que, no momento, não trabalham e não desejam trabalhar. Daqueles que fizeram curso de idioma, 36,1% eram inativos, de informática, 25%, cozinha e cabeleireiro, 20,7% e 20,9%, respectivamente. Já os cursos de saúde e administração têm uma parcela menor de inativos, 9,5% e 11,8%, respectivamente (tab. 3.5).

A escolha de fazer um curso técnico ou científico indica, muitas vezes, o desejo e/ou necessidade de entrada no mercado de trabalho. Neste sentido, constata-se que, a proporção de inativos é muito maior para aqueles que não fizeram curso técnico (32,2%) mas, ao mesmo tempo, a de desempregados é mais elevada (17,1%) (tab. 3.4).

Já os cursos de qualificação não parecem ser garantia para se conseguir um emprego, mas servem pelo menos para mantê-lo. Assim, somente 34,6% das pessoas que fizeram curso de qualificação na área de informática, realizaram algum trabalho a ele relacionado. A maior proporção encontrada se refere aos cursos de Iso 9000 e assemelhados que, pela própria característica, são procurados por pessoas já inseridas no mercado de trabalho como ocupadas (tab. 3.4).

TABELA 3.5
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E CARACTERÍSTICAS
SELECIONADAS DA FORMAÇÃO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO ORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	DESEMPREGADO	OCUPADO	INATIVO	TOTAL
Área do curso de qualificação				
Informática	20,1	54,9	25,0	100,0
Idioma	19,9	44,0	36,1	100,0
Saúde	12,1	78,4	9,5	100,0
Iso 9000 e assemelhados	0	97,3	2,7	100,0
Educação	12,8	87,2	0	100,0
Administração	22,6	65,5	11,8	100,0
Cozinha	20,9	58,4	20,7	100,0
Cabeleireiro	19,3	59,7	20,9	100,0
Outros	19,4	65,9	14,7	100,0
Área do Curso Técnico				
Gerência	16,5	73,5	10	100,0
Saúde	17,3	74,9	7,8	100,0
Mecânica	21,4	73,5	5,1	100,0
Informática	9,6	78,8	11,6	100,0
Ensino	14,3	74,5	11,2	100,0
Outros	17,9	68,6	13,5	100,0
Não fez curso técnico	17,1	50,5	32,4	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

3.3.2 Estágio e experiência de trabalho

A busca pela realização de estágio é uma forma dos jovens adquirirem alguma experiência no mercado de trabalho e, em alguns casos, conseguirem uma fonte de renda para cobrir parte das despesas com o estudo ou mesmo com o lazer. No entanto, somente 12,6% dos jovens da RMBH realizaram algum tipo de estágio, sendo que 7,6% fez um estágio remunerado e 5% não-remunerado. Quando se verificou a contribuição do estágio para a aquisição de experiência profissional, constatou-se que para 84,7% dos jovens que haviam feito estágio, este trouxe alguma contribuição, mas, para 10% só serviu para cumprir uma obrigação escolar e para 4,8% o estágio realizado não se relacionava na prática com sua formação escolar (tabela 5.1.10 do Anexo Estatístico).

A realização de estágio ou não, indica que existe uma proporção maior de desempregados (17,1%) e inativos (32,2%) dentre os que não o fizeram; ao mesmo tempo em que existe uma diferença de inserção caso o estágio tenha sido remunerado ou não. Quando foi remunerado, constata-se uma proporção elevada de ocupados (74%) e reduzida de desempregados (14,5%) e inativos (11,5%), demonstrando a importância desta forma de entrar no mercado de trabalho como aprendizado e fonte de renda, ao mesmo tempo (tab.3.6).

O objetivo de investigar a quantidade de ocupações que o jovem já teve foi ver a rotatividade no emprego para esta faixa etária, seguindo a hipótese de que este grupo populacional

acaba estando sujeito a ocupações precárias, que além da baixa remuneração se caracterizam pela alta rotatividade, o que teria sérias implicações para os trabalhadores em todo o ciclo de vida, na medida em que estaria acumulando ocupações que pouco acrescentam em termos de experiência para um emprego estável e de qualidade (Pochmann, 2000).

Verificou-se com este estudo que 21,7% dos jovens, entre 15 e 29 anos, nunca trabalharam, e uma proporção razoável, 23,2%, teve somente uma experiência profissional. Mas, 29,7% tiveram três ou mais trabalhos e 7,3% tiveram vários, o que perfaz um total de 37% de jovens que, mesmo no início da vida profissional, mudaram de emprego no mínimo três vezes (tabela 5.1.12 do Anexo Estatístico).

É evidente que a quantidade de experiências profissionais também depende da idade do trabalhador, ou seja, quanto mais novo, menos experiências ele terá. Porém, existe uma parcela razoável que, mesmo antes dos 20 anos de idade, teve mais de três trabalhos durante a vida. Daqueles que tiveram mais de três ocupações, 50,7% tinham mais de 24 anos mas, 17,6% tinham menos de 21 anos de idade. Da mesma forma, das pessoas que procuraram trabalho mas ainda não conseguiram, grande parte (42,9%) tem entre 15 e 17 anos, mas, 38% tinham entre 18 e 20 anos, 12,3%, entre 21 e 24 anos e 6,8% mais de 24 anos (tabela 5.7.29 do Anexo Estatístico).

TABELA 3.6
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS CONDIÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS DA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	DESEMPREGADO	OCUPADO	INATIVO	TOTAL
Estágio				
Remunerado	14,5	74,0	11,5	100,0
Não-remunerado	17,9	68,7	13,4	100,0
Não fez estágio	17,1	50,7	32,2	100,0
Experiência de trabalho				
Um	15,2	64,5	20,3	100,0
Dois	14,6	71,3	14,1	100,0
Três	18,4	68,9	12,7	100,0
Mais de três	17,9	69,9	12,2	100,0
Vários	23,0	66,0	11,0	100,0
Não tem experiência	16,9	0,4	82,7	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

Quanto mais cedo é a entrada no mercado de trabalho, mais difícil é a situação do jovem e mais precária é sua inserção, o que pode ter conseqüências ao longo de toda a vida. Dentre aqueles jovens que começaram a trabalhar a partir dos 18 anos, existe uma parcela menor que está desempregada e maior que está ocupada. Quando começam a trabalhar entre 10 e 14 anos, 17,9% estão desempregados, e quando isso ocorre entre 15 e 17 anos, 18,4% estão desempregados.

TABELA 3.7
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO SITUAÇÃO OCUPACIONAL E IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	DESEMPREGADO	OCUPADO	INATIVO	TOTAL
Idade que começou a trabalhar				
10 a 14 anos	17,9	65,3	16,8	100,0
15 a 17 anos	18,4	66,2	15,4	100,0
18 a 24 anos	14,7	72,0	13,3	100,0
25 a 29 anos	14,7	68,9	16,4	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

Se compararmos a idade em que o indivíduo começou a trabalhar pela instituição e turno em que foram realizados os estudos, as idéias indicadas anteriormente são reforçadas. As pessoas que começaram a trabalhar mais tarde, segundo os padrões brasileiros, entre 25 e 29 anos, vêm geralmente de escolas privadas no ensino fundamental e médio, e das escolas públicas no ensino superior. A mesma relação ocorre com aqueles que começaram a trabalhar entre 18 e 24 anos. Para aqueles que inserem-se na vida produtiva precocemente, a maioria vem de escola pública no ensino fundamental e médio e privada no ensino superior.

Com relação aos jovens que começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 97,3% estudaram em escola pública e para os que começaram a trabalhar entre 25 a 29 anos, 83,2%.¹³

TABELA 3.8
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO FAIXA ETÁRIA QUE COMEÇOU A TRABALHAR E FORMAÇÃO ESCOLAR – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS
Instituição				
Ensino Fundamental	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	97,3	93,3	83,0	83,2
Privada	2,7	6,7	17,0	16,8
Ensino Médio	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	84,7	81,9	69,8	63,0
Privada	15,3	18,1	30,2	37,0
Ensino Superior	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	24,3	21,6	29,3	41,8
Privada	75,7	78,4	70,7	58,2
Turno	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino Fundamental	100,0	100,0	100,0	100,0
Diurno	71,3	75,9	85,3	76,3
Noturno	28,7	24,1	14,7	23,7
Ensino Médio	100,0	100,0	100,0	100,0
Diurno	71,3	75,9	85,3	76,3
Noturno	28,7	24,1	14,7	23,7
Ensino Superior	100,0	100,0	100,0	100,0
Diurno	32,3	43,0	56,9	80,2
Noturno	67,7	57,0	43,1	19,8
Situação Ocupacional	100,0	100,0	100,0	100,0
Desempregado	17,9	18,4	14,7	14,7
Ocupado	65,3	66,2	72,0	68,9
Inativo	16,8	15,4	13,2	16,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

3.4 Alocação dos Jovens no Sistema Produtivo

Considerando-se a atividade a que o jovem se dedica, escola, trabalho, procura de trabalho ou afazeres domésticos, verifica-se que daqueles que têm entre 15 e 17 anos, 46,3% só estudam, 9,8% estudam e trabalham, 10,8% estudam ao mesmo tempo em que procuram trabalho, 2,9% só trabalham, 3% só procuram trabalho.

Daqueles com 18 a 24 anos, a proporção que só estuda é bastante inferior: 12,6%, menor do que a dos que combinam estudo e trabalho (13,7%) mas, maior do que os que combinam estudo e procura de emprego (6,6%). A maior parte, 32,6%, dedica-se somente ao trabalho, e 12,4% dedicam-se somente à procura de trabalho. Nesta faixa etária, também aumenta a proporção dos que se dedicam somente aos afazeres domésticos, constituído por mulheres em sua totalidade.

Na faixa etária de 25 a 29 anos, a maior parte dos que estudam o fazem combinado ao trabalho (6,3%) ou à procura de trabalho (1,4%). A maioria dos jovens adultos só trabalha (43,6%) e, reduz-se a parcela dos que só procuram trabalho (11,2%). Já os afazeres domésticos passam ser a atividade de 10,4% dos jovens desta faixa etária, ainda menor que a dos adultos.

TABELA 3.9
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) –
OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	15 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	30 ANOS OU MAIS
Só estuda	46,3	12,6	1,9	0,8
Estuda e trabalha	9,8	13,7	6,3	1,8
Estuda e procura trabalho	10,8	6,6	1,4	0,3
Só trabalha	2,9	32,6	43,6	43,4
Só procura trabalho	3,0	12,4	11,2	6,8
Só cuida dos afazeres domésticos	1,4	5,5	10,4	15,3
Outros	25,8	16,6	25,2	31,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

Considerando-se somente os jovens ocupados, verifica-se que quanto mais cedo eles começaram a trabalhar, mais “precária” é sua inserção atual no mercado. Dentre os assalariados com carteira assinada, 21,8% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 38,8% entre 15 e 17 anos, e 39,4% entre 18 e 24 anos. Dentre os assalariados no setor público, 14,4% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 28,5% entre 15 e 17 anos e 55,8% entre 18 e 24 anos.

Nas posições mais precárias, a proporção que começa a trabalhar mais cedo é maior. Dentre os assalariados sem carteira assinada, 21,9% iniciaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 43,5% entre

¹³ Vale notar que, à primeira vista, parece que a diferença não é tão grande, mas devemos nos lembrar que a escola pública nos graus elementares têm uma cobertura maior do que a escola privada que atende à classe média, numericamente inferior às classes mais baixas.

15 e 17 anos e 34,3% entre 18 e 24 anos. Para os autônomos, 34,3% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 37,9% entre 15 e 17 anos, e somente 27,1% entre 18 e 24 anos. Para os empregados domésticos, cuja maioria é composta de mulheres, 36,2% começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 42,3% entre 15 e 17 anos, e somente 20,3% entre 18 e 24 anos.

TABELA 3.10
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS OCUPADOS QUE COMEÇARAM A TRABALHAR SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ATUAL – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	IDADE EM QUE COMEÇOU A TRABALHAR				TOTAL
	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	
Assalariado com carteira assinada	21,8	39,1	38,1	1,0	100,0
Assalariado sem carteira assinada	21,9	43,5	34,3	...	100,0
Assalariado no setor público	14,4	28,5	55,8	...	100,0
Autônomo	34,3	37,9	27,1	...	100,0
Empregado doméstico	36,2	42,3	20,3	...	100,0
Outros (1)	27,0	31,8	35,5	...	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

(...) O número de observações não permite desagregação a este nível.

(1) Empregadores, trabalhador familiar sem remuneração salarial, dono de negócio familiar, outras posições.

Ainda na tentativa de verificar a hipótese da inserção mais precária dos jovens no mercado de trabalho, identificou-se que esta parcela da população está mais representada nas ocupações cujo vínculo empregatício é mais vulnerável. Assim, foram agregados, sob a alcunha de trabalho vulnerável, os assalariados no setor privado sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público em geral, domésticos mensalistas e diaristas, e os trabalhadores familiares sem remuneração salarial. O resultado indicou um decréscimo deste tipo de trabalho de acordo com o aumento da idade. No entanto, a proporção de trabalho vulnerável dentre as pessoas com idade acima de 30 anos é maior do que dentre aqueles com idade entre 25 e 29 anos. Provavelmente este resultado é decorrente do peso elevado que os autônomos que trabalham para o público têm para as pessoas de idade mais avançada.

A proporção de pessoas que desempenham trabalhos vulneráveis é maior para aqueles que combinam estudo e trabalho. Assim, dentre as pessoas de 15 a 17 anos que se dedicam às duas atividades, 73,5% faziam algum tipo de trabalho vulnerável contra 72,6% dos que só trabalham. Para os que têm entre 18 e 24 anos, o trabalho vulnerável ocupa 41,7% dos que trabalham e estudam e 37,2% dos que só trabalham. Para os jovens de 25 a 29 estes resultados são de, respectivamente, 30,9% e 29,3%.

TABELA 3.11
VULNERABILIDADE DA INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS OCUPADOS SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	15 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	30 ANOS OU MAIS
Trabalho vulnerável	73,3	38,5	29,5	34,7
Estuda e Trabalha (A)	77,3	29,7	12,7	4,0
Trabalho vulnerável	73,5	41,7	30,9	21,1
Só trabalha (B)	22,7	70,3	87,3	96,0
Trabalho vulnerável	72,6	37,2	29,3	35,3
Total (A+B)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

Nota: Trabalho vulnerável: proporção na população ocupada. Composto por assalariados no setor privado sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público em geral, domésticos mensalistas e diaristas, trabalhadores familiares sem remuneração salarial.

3.4.1 Trajetória profissional

A trajetória futura do jovem no mercado de trabalho depende, em grande medida, do primeiro emprego. A evolução profissional será mais favorável quanto melhores forem as condições de acesso ao primeiro emprego. A inserção precoce e precária dos jovens na esfera produtiva pode influenciar de forma negativa o seu desempenho profissional (Pochmann, 2000).

O primeiro trabalho dos jovens pesquisados indica que 43,2% eram assalariados com carteira assinada. Mais da metade, 52,9%, se inseriu no mercado de trabalho em posições precárias, com destaque para os assalariados sem carteira (34,2%) e os empregados domésticos (8,9%) (tabela 5.1.14 do Anexo Estatístico).

A duração do primeiro emprego foi bastante curta, sendo que 43,2% ficaram no primeiro emprego por menos de 1 ano, e 13,5% permaneceram exatamente por um ano.

É interessante notar que 52,5% dos jovens declararam que o primeiro trabalho foi o mais importante para eles, para os demais, 58,5% declararam que o trabalho mais importante havia sido assalariado com carteira e 18,9%, sem carteira.

Verifica-se que 58,1% dos inativos declararam que o último trabalho foi o mesmo do primeiro e/ou o trabalho mais importante. Para o restante, destaca-se que o último trabalho foi assalariado (com e sem carteira) com aproximadamente 30%. Quanto ao tempo de duração, 66,3% esteve neste trabalho por até um ano.

3.4.2 Estratégias de busca por emprego

A procura de trabalho é a forma através da qual os desempregados ou ocupados, que pretendem mudar de emprego, exercem a pressão sobre o mercado de trabalho. Os canais formais de colocação profissional são de suma importância para o funcionamento do sistema público de emprego eficiente. Em alguns países, a totalidade dos desempregados utilizam estes canais formais, como a França, os EUA, etc. O desemprego juvenil alcança patamares mais altos na França, Itália e Espanha. Mas, praticamente em todos os países industrializados, a taxa de desemprego oscila entre o dobro e o triplo da correspondente da população adulta (Sanchis, 1997).

No Brasil o Sistema Nacional de Emprego (Sine) deveria cumprir este papel de fornecer as informações sobre a existência de vagas àqueles que delas necessitam, mas este sistema apresenta várias limitações. Segundo Pochmann (1998 e 2000), a desarticulação do sistema público de emprego, no Brasil, acarreta uma inadequação referente à nova realidade de transformações do mercado de trabalho. As medidas de combate ao desemprego juvenil se concentram nas ações no campo de qualificação da mão-de-obra, na intermediação e na geração de emprego. Na esfera da qualificação destacam-se os cursos profissionalizantes de curta duração, por meio das ações do sistema “S” e do Plano de Formação Profissional (Planfor), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os cursos de longa duração das escolas técnicas federais, estaduais e municipais.

Na esfera da intermediação de mão-de-obra, destacam-se as ações do Sine, Ciee, sindicatos e empresas especializadas no agenciamento de emprego para jovens. Como medidas concretas no âmbito da geração de emprego propriamente dito, encontram-se apenas as alternativas de contratação de jovem com custos inferiores ao adulto, proporcionado pela legislação trabalhista em vigor.

Mesmo nos países desenvolvidos já foi verificado que os canais informais de acesso a empregos são muito mais importantes do que os institucionais, para esta parcela da população. Seja qual for o sexo, a posição social, o nível de estudos, para encontrar trabalho ou conseguir uma promoção, requer-se, na maioria dos casos, a mediação pessoal de um amigo ou parente. Frente às vias universais de acesso ao emprego – agências de colocação, anúncios públicos – determinadas por condições objetivas, transparentes e gerais, predominam as “particularistas”, determinadas preferencialmente pela posição social e a relação familiar e pessoal. Sanchis (1997) indica que as crises econômicas acabam por reforçar este particularismo na sociedade espanhola.

O reflexo disso é que pequena parte dos desempregados utiliza os serviços do SINE como a principal fonte de procura de trabalho. Ademais, os mais jovens procuram menos estes canais do que os adultos.

A forma que os jovens conseguem trabalho está quase restrita às relações pessoais, na medida em que 86,2% declararam ter conseguido o trabalho mediante a ajuda de parentes, 4,9% por meio de agências e sindicatos, 2,6% enviando currículos às empresas, 2,1% resposta à anúncios, 1% por meio de concursos e somente 0,1% pelo Sine.

Os principais motivos que levaram estes jovens a entrarem no mercado de trabalho se referem a fornecer uma ajuda financeira à família (46,4%) e adquirir independência financeira (46,8%). Neste momento de transição, a independência financeira é uma condição *sine qua non* para a entrada na vida adulta. O alargamento desta fase da vida é um dos fenômenos associados às dificuldades encontradas por este grupo populacional, em período recente.

TABELA 3.12
DISTRIBUIÇÃO DOS MEIOS QUE OS JOVENS DE 15 A 29 ANOS UTILIZARAM PARA CONSEGUIR TRABALHO E OS MOTIVOS QUE OS LEVARAM A PROCURÁ-LO – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

MEIO USADO PARA CONSEGUIR O TRABALHO	PERCENTAGEM	MOTIVO QUE LEVOU A PROCURAR TRABALHO	PERCENTAGEM
Ajuda de parentes	86,2	Havia saído da escola	1,6
Agências/sindicatos	4,9	Ajudar a família	46,4
Sine	0,1	Independência financeira	46,8
Anúncios	2,1	Financiar os estudos	2,3
Currículos	2,6	Outros	2,9
Concurso	1,0	Total	100,0
Outros	3,1		
Total	100,0		

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

3.5 Relação da Formação e Inserção Profissional dos Pais e dos Jovens

A condição e a origem social têm peso importante na trajetória do indivíduo no sistema de ensino e na inserção no mercado de trabalho. Assim, pessoas advindas dos estratos sociais menos favorecidos encontram barreiras de acesso e de permanência¹⁴ no sistema de ensino, o que acarreta uma inserção mais precária no mercado de trabalho.

As dificuldades de acesso e de permanência no sistema de ensino brasileiro podem ser vistas pelas investigações realizadas neste trabalho. Assim, 63% dos pais e 65,7% das mães dos jovens tinham menos de oito anos de escolaridade (fundamental incompleto), 12,9% dos pais e 11,7% das mães tinham completado pelo menos o ensino fundamental; 13,3% dos pais e 14,1% das mães

¹⁴ Nas últimas décadas o Brasil, com muito atraso em relação a países com o mesmo nível de desenvolvimento, conseguiu universalizar o acesso à escola. O problema do sistema de ensino, dessa forma, deixa de ser a falta de vagas nas escolas e se desloca para a evasão e repetência.

havia completado o ensino médio e 10,5% dos pais e 8,2% das mães tinham cursado ensino superior. Vale notar, que os jovens apresentam escolaridade média superior à de seus pais, apesar de que parte deles estejam com a escolaridade defasada em relação à idade, em decorrência da repetência e evasão.

Pais que têm escolaridade alta tendem a manter seus filhos por mais tempo no sistema de ensino. Para verificar a escolaridade dos pais e dos filhos separamos somente os jovens que não frequentam mais escola, na medida em que para os demais ainda não é possível identificar esta associação. Assim, constatou-se que quando os pais tinham menos de oito anos de escolaridade (fundamental incompleto) 39,5% dos filhos (entre 15 e 29 anos) tinham alcançado o mesmo nível de escolaridade, 23,4% tinham completado o ensino fundamental ou tinham o médio incompleto, 34,5% haviam completado o ensino médio. Quando os pais tinham completado o ensino fundamental ou o médio incompleto, 15,3% dos filhos tinham menos de oito anos de escolaridade, 26,6% o fundamental completo, 50% o médio completo e 5,9% o superior. Quando os pais completaram pelo menos o ensino médio, 55,2% dos filhos completaram o ensino médio e 17% o superior. Os pais que cursaram ensino superior têm filhos que alcançaram os mais altos níveis no sistema de ensino, 45,8% destes tinham completado o ensino médio e 39,3% o superior. A proporção de filhos com menos do que o 2º grau e de pais com 3º grau é muito baixa, 14,9%.

TABELA 3.13
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA, POR ESCOLARIDADE E ESCOLARIDADE DOS PAIS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBR-DEZEMBRO/2000

ESCOLARIDADE DOS JOVENS	ESCOLARIDADE DOS PAIS				
	analfabeto	fundamental incompleto	fundamental completo	médio completo	superior completo
Analfabeto
Fundamental incompleto	39,5	15,3	10,4	...
Fundamental completo	23,4	26,6	16,7	...
Médio completo	34,5	50,0	55,2	45,8
Superior completo	1,4	5,9	17,0	39,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

(...) O número de observações não permite desagregação a este nível.

A escolaridade das mães também tem um impacto na trajetória escolar dos filhos. Vale notar que, um aumento da escolaridade das mães representa um aumento maior na escolaridade dos filhos, em comparação ao aumento na escolaridade dos pais.

Quando as mães completaram pelo menos o ensino médio, 57,2% dos filhos também o fizeram e 23,7% completaram o ensino superior. Quando as mães fizeram curso superior 50,1% dos filhos completaram o ensino médio e 39,8% o ensino superior, ou seja, somente 10,2% dos filhos de mães com 3º grau têm menos do que 11 anos de escolaridade.

TABELA 3.14
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA, POR ESCOLARIDADE E ESCOLARIDADE DAS MÃES – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESCOLARIDADE DOS JOVENS	ESCOLARIDADE DAS MÃES				
	analfabeto	fundamental incompleto	fundamental completo	médio completo	superior completo
Analfabeto
Fundamental incompleto	39,7	13,2	7,3	...
Fundamental completo	24,6	21,4	10,6	...
Médio completo	33,3	56,2	57,2	50,1
Superior completo	7,0	23,7	39,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

(...) O número de observações não permite desagregação a este nível.

Da mesma forma que a escolaridade, a entrada antecipada no mercado de trabalho pode estar associada à baixa escolaridade dos pais. Constata-se que, dos jovens que começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 79,7% tinham pais que não haviam completado o ensino fundamental e somente 3,2% haviam entrado num curso superior. Para aqueles que começaram a trabalhar entre 15 e 17 anos, 71% tinham pais com menos de 8 anos de escolaridade e 5,3% com curso superior. Para os jovens que começaram a trabalhar entre 18 a 29 anos, pouco mais da metade dos pais não tinha completado sequer o ensino fundamental mas, por volta de 15% dos pais tinham feito curso superior (tabela 3.15).

Quando as mães não sabiam ler ou escrever, 36,3% dos filhos começaram a trabalhar entre 10 a 14 anos, mas, 32,7% começaram a trabalhar entre 18 e 24 anos. Quando as mães tinham menos de oito anos de escolaridade (fundamental incompleto), 28,3% dos filhos começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos, 46,6% entre 15 e 17 anos e 24,3% entre 18 e 24 anos (tabela 3.15).

O fato da mãe ter completado o ensino médio e/ou superior se associa ao aumento da idade de entrada no mercado de trabalho. No primeiro caso, somente 10,2% dos jovens começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos e 7,8% no segundo caso (tabela 3.15).

Considerando-se a ocupação dos pais, observa-se que a proporção dos que se dedicavam a ocupações técnico-científicas e artísticas são equilibradas entre os sexos, 8,6% dos pais e 9,8% das mães. As semelhanças terminam neste ponto. Grande parte das mães se dedicavam apenas às atividades de dona de casa, 48,3%, enquanto 27,1% estavam inseridas em atividades relacionadas aos serviços de baixa qualificação¹⁵, o serviço doméstico remunerado. Os serviços administrativos e do comércio e as atividades relacionadas à direção e gerência ocupavam 8,7% das mães.

¹⁵ Os serviços de baixa qualificação são compostos pelos trabalhadores em serviços de alimentação, empregados domésticos, trabalhadores em serviços de conservação, manutenção e limpeza, trabalhadores em serviços de higiene e embelezamento, de proteção e segurança e trabalhadores na agricultura.

Em contraposição, os pais têm mais acesso às atividades mais qualificadas (e melhor remuneradas) como direção e gerência (8,1%), serviços administrativos (9,4%) e comerciais (5,4%). A maior parcela dos pais trabalhavam em atividades de produção industrial (43,9%) e operações de máquinas e nos serviços de baixa qualificação (18,9%).

O tipo de ocupação de pais e mães também interfere na entrada precoce no mercado de trabalho. Assim, quando os pais exercem funções técnico-científicas (o que indica que estão no topo da pirâmide social), somente 13,8% dos jovens começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos e mais da metade, 52%, começaram a trabalhar entre 18 e 24 anos. Ao passo que quando os pais têm ocupação em outros serviços ou na agricultura, 30,7% dos filhos começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos.

O mesmo ocorre com a ocupação das mães, que quando possuíam empregos na área técnico-científica, somente 12,8% dos filhos começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos; e 32,2% começaram a trabalhar nesta idade quando as mães trabalhavam em outros serviços ou na agricultura.

TABELA 3.15
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS, SEGUNDO OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE DOS PAIS, POR IDADE DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	IDADE EM QUE ENTROU NO MERCADO DE TRABALHO			
	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS
Escolaridade do Pai				
Analfabeto	0,6	0,4	0,1	...
Fundamental incompleto	79,7	71,0	55,1	...
Fundamental completo	8,4	10,8	12,7	...
Médio incompleto	1,1	1,3	2,0	...
Médio completo	7,0	11,2	16,0	...
Superior completo ou incompleto	3,2	5,3	14,1	...
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Escolaridade da Mãe				
Analfabeto	0,7	0,2	0,3	...
Fundamental incompleto	81,7	73,6	56,4	...
Fundamental completo	7,8	9,2	11,4	...
Médio incompleto	1,8	2,2	1,9	...
Médio completo	5,6	9,9	19,6	...
Superior completo ou incompleto	2,4	4,9	10,4	...
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG
(...) O número de observações não permite a desagregação a este nível.

TABELA 3.16
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS, SEGUNDO OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE DOS PAIS, POR IDADE DE
ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-
DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	10 A 14 ANOS	15 A 17 ANOS	18 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	TOTAL
Escolaridade do Pai					
Analfabeto	32,8	62,4	4,7	4,6	100,0
Fundamental incompleto	27,5	46,1	25,6	0,8	100,0
Fundamental completo	17,6	45,5	35,3	1,6	100,0
Médio incompleto	18,1	37,5	44,4	...	100,0
Médio completo	12,7	41,1	46,0	0,2	100,0
Superior completo ou incompleto	9,4	29,0	60,3	1,3	100,0
Escolaridade da Mãe					
Analfabeto	36,3	27	32,7	4,0	100,0
Fundamental incompleto	28,3	46,6	24,3	0,8	100,0
Fundamental completo	19,0	45,7	34,6	0,7	100,0
Médio incompleto	21,9	52,5	24,4	1,2	100,0
Médio completo	10,2	34,1	53,7	2,0	100,0
Superior completo ou incompleto	7,8	33,5	57,7	1,0	100,0
Ocupação do Pai					
Técnico-Científicas e Artísticas	13,8	32,6	52,0	1,6	100,0
Direção e Gerência	20,6	33,6	44,0	1,8	100,0
Serviços Administrativos	20,8	38,0	40,8	0,4	100,0
Serviços Comerciais	15,1	40,8	43,5	0,6	100,0
Outros Serviços e Agricultura	30,7	41,1	26,7	1,5	100,0
Produção Industrial e Operação de					
Máquinas	27,7	42,0	29,5	0,8	100,0
Mal definidas	31,8	40,9	27,0	0,3	100,0
Outras Ocupações	17,5	33,3	49,2	-	100,0
Ocupação da Mãe					
Técnico-Científicas e Artísticas	12,8	32,2	53,2	1,9	100,0
Direção e Gerência	32,1	34,3	33,3	0,3	100,0
Serviços Administrativos	16,1	39,3	44,5	-	100,0
Serviços Comerciais	28,5	44,1	27,4	-	100,0
Outros Serviços e Agricultura	32,2	41,9	25,1	0,8	100,0
Produção Industrial e Operação de					
Máquinas	28,5	44,1	26,1	1,3	100,0
Mal definidas	35,8	64,2	-	-	100,0
Outras Ocupações	29,6	24,6	45,7	-	100,0
Dona de casa	24,2	40,1	34,5	1,2	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

(...) O número de observações não permite a desagregação a este nível.

Idéias sobre a percepção no mercado de trabalho são importantes uma vez que está relacionada à percepção da estrutura de oportunidades numa dada sociedade. Esta última se refere à integração dos indivíduos na sociedade, podendo ocasionar uma falta de coesão social, na criminalidade, no uso de drogas, dentre outros (Pochmann, 2000).

Assim constata-se que, embora a escolaridade dos jovens seja melhor que a de seus pais, 87,8% dos jovens acreditam que têm mais dificuldades de encontrar trabalho que seus pais (tabela 5.1.19 do Anexo Estatístico).

Isso pode ser explicado por vários fatores que funcionam aliados ou isolados no decorrer dos anos como por exemplo: desigualdade no percentual do aumento da PEA, comparado com o número de novos postos de trabalho; aumento da exigência de escolaridade e qualificação para a

ocupação dos postos de trabalho; desenvolvimento tecnológico, urbanização crescente e acentuada, desaparecimento de várias profissões, aumento da concorrência no mercado aliado à falência de pequenas e grandes empresas, aumento da exclusão social.

A maioria dos jovens acredita que o mercado de trabalho apresenta mais obstáculos para sua inserção do que em décadas anteriores, e não encontramos um padrão explícito controlando os dados de percepção por escolaridade dos pais. Entretanto, a proporção de jovens que acredita que o mercado de trabalho está pior é maior para os filhos de pais com 3º grau. A parcela dos que disseram que o mercado de trabalho está melhor do que o de gerações passadas, controlando pela escolaridade dos pais é: 16,5%, para pais analfabetos; 12,1%, com fundamental incompleto; 11,5%, com fundamental completo; 13,4%, com curso médio; e 9,4%, para pais com 3º grau. E, controlando pela escolaridade das mães foi de, respectivamente, 24,8%, 12,3%, 12,1%, 11,9% e 10,8% (tabela 5.1.28 do Anexo Estatístico).

3.6 Condição Econômica das Famílias

Ainda em busca de descrever a influência da condição social dos jovens como um dos fatores determinantes em sua trajetória profissional buscou-se informações dos rendimentos dos chefes dos domicílios segundo algumas variáveis relativas aos jovens. Esta seção não pretende se estender mas apenas traçar algumas pistas para a compreensão do fenômeno. Foram selecionados os domicílios em que residiam jovens de 15 a 29 anos e que estes não eram os chefes. O objetivo desta operação é excluir os jovens chefes uma vez que se pretende chamar atenção para a situação econômica de sua família mais extensa, e verificar a influência em sua condição.

Em primeiro lugar, constatou-se que quanto maior a renda do chefe do domicílio¹⁶, maior é a escolaridade dos jovens. A renda dos chefes dos domicílios cujos jovens completaram o ensino superior, é 5 vezes maior que daqueles cujos jovens não completaram sequer o ensino fundamental. Quando os jovens possuem menos de oito anos de escolaridade, a renda média do chefe foi igual a R\$ 422,00, para os jovens que completaram o ensino fundamental, R\$ 770,00, o ensino médio, R\$ 1 083,00 e o ensino superior, R\$ 2 110,00.

Em segundo lugar, a situação ocupacional dos jovens é também influenciada pela renda do chefe do domicílio. Assim, para os jovens na situação de desemprego oculto pelo trabalho precário, a renda do chefe foi igual a uma média de R\$ 446, já aqueles em desemprego aberto, a renda média

do chefe foi R\$ 600,00, para os ocupados a renda foi de R\$ 748,00, e para os inativos puros, R\$ 915,00.

Este último parágrafo demonstra uma situação peculiar em relação às estratégias de sobrevivência dos trabalhadores num país altamente desigual como o Brasil. Em primeiro lugar, a própria situação de desemprego depende em grande medida da situação social da família, que em última instância é a esfera de suporte destas situações. A condição de inativo (pessoas que não trabalham e não estão à procura de trabalho), a partir de uma determinada idade, passa a ser um privilégio vivenciado por uma minoria que tem condições de ser mantida pela família. Da mesma forma, a situação de desemprego pode ser vivida de distintas formas, de acordo com este mesmo suporte. O desemprego aberto seria a situação daqueles que teriam condições de permanecerem, durante um tempo, investindo somente na procura por trabalho. Já o desemprego oculto pelo trabalho precário seria a situação daqueles que impossibilitados de “financiar” a situação de desemprego são impelidos à desempenhar algum trabalho irregular para seu sustento e quiçá de seus familiares. Neste sentido, os dados revelam que para os jovens em desemprego aberto a renda média dos chefes do domicílio em que residem é superior à daqueles que estão em desemprego oculto pelo trabalho precário.

TABELA 3.17
RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS CHEFES DE DOMICÍLIO SEGUNDO ESCOLARIDADE E SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

ESPECIFICAÇÃO	RENDA MÉDIA DO CHEFE DO DOMICÍLIO (R\$)
Escolaridade dos jovens	
Analfabeto
Fundamental incompleto	422
Fundamental completo	770
Médio incompleto	1.084
Superior completo ou incompleto	2.110
Situação ocupacional	
Desemprego por trabalho precário	446
Desemprego aberto	600
Desemprego por desalento	868
Ocupado	748
Inativo com trabalho excepcional
Inativo	915

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

(...) O número de casos impede a desagregação a este nível.

Comparando-se a renda média dos chefes de domicílio e a dos jovens constata-se que de acordo com o aumento da renda do chefe, houve também um aumento da renda média dos jovens, reflexo do que foi apresentado anteriormente. A formação e a estrutura de oportunidades são

¹⁶ A renda do chefe de domicílio que estamos considerando não se restringe à renda do trabalho. Estão incluídas as aposentadorias e o seguro desemprego.

diferentes de acordo com a condição familiar. Isto implica dizer que estamos longe de alcançar uma sociedade que possibilite oportunidades para seus membros.

TABELA 3.18
RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS JOVENS OCUPADOS DE 15 A 29 ANOS POR RENDA DO CHEFE DO DOMICÍLIO (1) – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) – OUTUBRO-DEZEMBRO/2000

RENDA DO CHEFE DO DOMICÍLIO	RENDA MÉDIA DOS JOVENS (R\$)
Até 1 salário mínimo
Mais de 1 a 2 salários mínimos	276
Mais de 2 a 5 salários mínimos	307
Mais de 5 a 10 salários mínimos	393
Mais de 10 salários mínimos	538

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

(1) Em salário mínimo.

4 CONCLUSÃO

Embora as pessoas das faixas etárias mais baixas tenham escolaridade mais elevada do que as gerações anteriores, os obstáculos para sua inserção permanecem e se modificam em relação às condições que seus pais encontraram num período correspondente.

Verificou-se que o grupo denominado jovens não é homogêneo e, embora na média, a situação para eles é bastante desfavorável. Uns enfrentam dificuldades maiores que outros, principalmente em decorrência da condição social e econômica de suas famílias, da desigualdade de oportunidade de formação, experiência de trabalho, necessidade de conciliar escola e trabalho, dentre outros.

O reflexo destas desigualdades de formação e inserção no mercado de trabalho, a renda média das pessoas entre 15 e 24 anos e, com menor intensidade, de 25 a 29 anos, é inferior em qualquer setor de atividade que estejam inseridos e em qualquer posição na ocupação. Da mesma forma, a comparação da renda do chefe do domicílio e dos jovens demonstrou um círculo vicioso, que pode ser um indício (embora tênue) da reprodução das condições desfavoráveis, da pobreza, característica tão marcante do Brasil.

Neste sentido, a investigação realizada no bloco suplementar anexado à PED/RMBH foi uma primeira tentativa de compreender a inserção precária no mercado de trabalho de parcela considerável da população brasileira e, em especial, da RMBH.

A delimitação do objeto de estudo – jovens – foi expandida para 29 anos com o intuito de captar as transformações que ocorrem entre 25 e 29 anos, aproximadamente, fazendo com que esta faixa etária esteja mais próxima dos adultos do que dos jovens, no que tange à inserção no mercado de trabalho.

Criar estratégias para incorporar produtivamente os trabalhadores das faixas etárias mais baixas trata de possibilitar mecanismos, em última instância, de inclusão social, na medida em que o mercado de trabalho seria o *locus* onde as desigualdades são reproduzidas e reforçadas mediante barreiras sociais e estruturais que são colocadas para determinados grupos.

Assim, a pergunta que guiou a criação do questionário e deste relatório foi: quais são as características que esta parcela da população apresenta que poderiam indicar as dificuldades

encontradas por elas para a inserção no mercado? A resposta usualmente fornecida à esta indagação é a falta de experiência. No entanto, somente 21,7% do nosso universo não teve nenhuma experiência de trabalho, sendo que 16,3% embora não tivesse experiência ainda não manifestaram demanda por ocupação.

Isto significa que não é qualquer experiência que as empresas estão procurando, não somente em termos de quantidade de tempo, mas também em relação ao tipo e à “qualidade” destas. Neste sentido, os jovens geralmente conseguem ocupações bastante vulneráveis em termos de relações de trabalho: 73,3% das pessoas de 15 a 17 anos e 38,5% das de 18 a 24 anos, desempenharam atividades vulneráveis (assalariados sem carteira assinada, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, autônomos para o público, emprego doméstico).

A condição familiar mostrou-se muito importante no condicionamento da inserção precoce no mercado de trabalho no grau de escolaridade alcançado no sistema de ensino, na situação ocupacional. Da mesma forma, o fato de ter filhos, a escolaridade e ocupação dos pais mostraram-se relevantes para compreender a condição dos jovens no sistema produtivo.

Constatou-se também que somente uma pequena parcela de jovens buscam melhorar a formação a partir de cursos de qualificação ou técnicos e pela realização de estágios.

Finalmente, todas as investigações davam sinais da importância da condição socioeconômica das famílias e do tipo de trajetória no mercado de trabalho, ou seja, o tipo de experiência que os jovens estão adquirindo no mercado de trabalho é geralmente precária, o que de certa forma, acabará influenciando os trabalhos futuros.

5 ANEXOS

5.1 Distribuição Percentual das Principais Variáveis Analisadas

TABELA 5.1.1
ESTADO CIVIL DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS – RMBH
OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Solteiro	76,9
Casado	21,8
Viúvo	0,2
Divorciado	1,1
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.2
CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS
RMBH – OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Tem filhos	
Mora com eles e ajuda a sustentá-los	13,9
Mora com eles e não ajuda a sustentá-los	8,2
Não mora com eles e ajuda a sustentá-los	2,4
Não mora com eles e não ajuda a sustentá-los ...	0,5
Não tem filhos	75,0
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.3
INSTITUIÇÃO DE ENSINO POR GRAUS DE INSTRUÇÃO DOS
JOVENS DE 15 A 29 ANOS - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
1º Grau	89,2	10,8	100,0
2º Grau	75,6	24,4	100,0
3º Grau	30,9	69,1	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.4
TURNOS DE ESTUDO POR GRAUS DE INSTRUÇÃO DOS
JOVENS DE 15 A 29 ANOS - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
1º Grau	80,8	19,2	100,0
2º Grau	48,8	51,2	100,0
3º Grau	56,8	43,2	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.5
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS
RMBH – OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
NÃO fez curso de qualificação	70,9
FEZ curso no período	
1984-1994	2,5
1995-1996	3,4
1997-1998	10,1
1999-2000	11,6
Não informa	1,5

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.6
ÁREA DO CURSO TÉCNICO E REALIZAÇÃO DE TRABALHO
A ELES RELACIONADO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS
RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Gerência/Administração	4,6
Saúde	0,7
Mecânica/Eletrotécnica	1,1
Informática/Eletrônica	1,8
Ensino	2,9
Outros	1,2
Não fez	87,8
Total	100,0
Exerceu Trabalho Relacionado ao Curso	
Exerceu, e continua	35,9
Exerceu, mas não exerce mais	17,5
Não exerceu	46,6
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.7
ÁREA DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A
29 ANOS - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Informática	16,3
Idioma	1,6
Saúde	0,6
Iso9000	0,3
Educação	0,3
Administração/Vendas	3,0
Cozinha	0,4
Cabeleireiro	0,9
Outros	4,5
Não aplica.....	72,1

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.8
RELAÇÃO ENTRE O CURSO DE QUALIFICAÇÃO E O
TRABALHO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS - RMBH
OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
SIM	61,7
NÃO tinha relação	38,3
Total	100,0
Exerceu Trabalho Relacionado ao Curso	
Exerceu, e continua	31,5
Exerceu, mas não exerce mais	12,5
Não exerceu	56,0
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.9
REALIZAÇÃO DE TRABALHO DURANTE O CURSO DE
QUALIFICAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS – RMBH
OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
SIM	41,8
NÃO	58,2
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.10
REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS
RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
SIM, remunerado	7,6
SIM, não-remunerado	5,0
NÃO	87,4
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.11
CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO PARA AQUISIÇÃO DE
EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOS JOVENS DE 15 A 29
ANOS – RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
SIM	84,7
NÃO, na prática não se relacionava com o curso...	4,8
NÃO, só fez porque era obrigatório	10,0
OUTROS	0,5
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.12
QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOS
JOVENS DE 15 A 29 ANOS – RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Uma	23,2
Duas	18,1
Três	13,9
Mais de três	15,8
Várias	7,3
Não, mas já procurou	5,4
Não, e nunca procurou	16,3
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.13
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS –
RMBH - OUT-DEZ/2000

ÚLTIMO TRABALHO INATIVOS	PERCENTAGEM
Assalariado	29,6
Autônomos	3,9
Outros	8,4
1º Trab. = mais importante	58,1
Duração do trabalho (meses)	
Até 1 ano	66,3
Mais de 1 ano	33,7

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.14
TRAJETÓRIA DE TRABALHO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS
RMBH - OUT-DEZ/2000

1º TRABALHO	PERCENTAGEM
Assalariado com carteira	43,2
Assalariado sem carteira	34,2
Autônomos para empresas	2,1
Autônomos para o público	5
Estagiário com remuneração	4,2
Doméstico	8,9
Outro	2,4
Duração do trabalho (meses)	
Até 1 mês	5,5
2 a 5 meses	18,6
6 a 11 meses	19,1
1 ano	13,5
Mais de 1 a 2 anos	19,8
Mais de 2 a 3 anos	9,3
Mais de 3 a 4 anos	5,2
Mais de 4 a 6 anos	5,5
Mais de 6 anos	3,5

TRABALHO MAIS IMPORTANTE	PERCENTAGEM
Assalariado com carteira	27,8
Assalariado sem carteira	9
Autônomos	3,8
Doméstico	3,4
Outro	3,6
Mais importante = 1º Trab.	52,5
Duração do trabalho (meses)	
Até 1 ano	45,8
Mais de 1 a 2 anos	22,3
Mais de 2 a 3 anos	12,1
Mais de 3 a 4 anos	7,8
Mais de 4 anos.....	12

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.15
IDADE EM QUE OS JOVENS DE 15 A 29 ANOS COMEÇARAM A TRABALHAR – RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
10 a 14 anos	25,8
15 a 17 anos	39,9
18 a 24 anos	33,3
25 a 29 anos	1,0
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.16
IDADE EM QUE OS JOVENS DE 15 A 29 ANOS COMEÇARAM A PROCURAR TRABALHO – RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
10 a 14 anos	25,7
15 a 17 anos	43,1
18 a 24 anos	30,3
25 a 29 anos	0,9
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.17
MEIO PELO QUAL OS JOVENS DE 15 A 29 ANOS CONSEGUIRAM O TRABALHO - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Ajuda de parentes	86,2
Agências/sindicatos	4,9
Sine
Anúncios	2,1
Currículos	2,6
Concurso
Outros	3,1
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.18
MOTIVOS QUE LEVARAM OS JOVENS DE 15 A 29 ANOS A PROCURAR TRABALHO - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Havia saído da escola	1,6
Ajudar a família	46,4
Independência financeira	46,8
Pagar os estudos	2,3
Outros	2,9
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.19
PERCEPÇÃO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO MERCADO DE TRABALHO PELOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Têm mais dificuldade que os pais	87,8
Não têm mais dificuldade que os pais	12,2
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.20
ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PAI	MÃE
Analfabeto	0,3	0,3
1º grau incompleto	63,0	65,7
1º grau completo	11,2	9,6
2º grau incompleto	1,7	2,1
2º grau completo	13,3	14,1
3º grau completo ou incompleto	10,5	8,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.21
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR ESTADO CIVIL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	ASSA-LARI-ADO	AUTÔNOMO	DOMÉSTICO	OUTROS	TOTAL
Solteiro	72,5	13,4	11,6	2,4	100,0
Casado	67,2	17,0	10,7	5,1	100,0
Outros	63,1	14,6	18,3	4,1	100,0
Total	71,1	14,3	11,5	3,1	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.22
OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PAI	MÃE
Técnico-Científicas e Artísticas	8,6	9,8
Direção e Gerência	8,1	2,4
Serviços administrativos	9,4	3,9
Serviços comerciais	5,4	2,4
Outros serviços e Agricultura	18,9	27,1
Produção industrial e Operação de máquinas	43,9	5,2
Mal definidas	3,9	0,1
Outras ocupações	1,7	0,8
Dona de casa	48,3
Sem declaração de ocupação	0,1	...
Total	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.23
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR ESTADO CIVIL E FAIXA ETÁRIA – RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	15 A 17 ANOS	18 A 20 ANOS	21 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS	TOTAL
Total					
Solteiro	25,0	28,2	28,2	18,0	100,0
Casado	2,3	8,7	29,5	59,4	100,0
Homens					
Solteiro	24,6	28,7	28,1	18,4	100,0
Casado	0,1	5,8	28,2	66,0	100,0
Mulheres					
Solteiro	25,6	28,5	28,1	17,6	100,0
Casado	3,6	10,7	30,4	55,2	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.24
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO
ÁREA DO CURSO TÉCNICO OU PROFISSIONAL - RMBH
OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Gerência/Administração	
Saúde	0,7
Mecânica/Eletrotécnica	1,1
Informática/Eletrônica	1,8
Ensino	2,9
Outros	1,2
Não fez	87,7
Total	100,0
Exerce trabalho relacionado com o curso	35,9
Exerceu trabalho relacionado com o curso, mas não exerce mais	17,5
Não exerceu trabalho relacionado com o curso	46,6
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.25
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO
ÁREA DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO - RMBH
OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Informática	16,3
Idioma	1,6
Saúde	0,6
Isso 9000 e assemelhados	0,3
Educação	0,3
Administração/Vendas	3,0
Cozinha	0,4
Cabeleireiro	0,9
Outros	4,5
Não se aplica	72,1
Trabalhou durante o curso	41,8
Não trabalhou durante o curso	58,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.26
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS QUE
FIZERAM CURSO DE QUALIFICAÇÃO SEGUNDO RELAÇÃO
COM O TRABALHO - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PERCENTAGEM
Trabalhava quando fez o curso	41,8
Não trabalhava quando fez o curso	58,2
Total	100,0
O trabalho que exerceu tinha relação com o curso ...	61,7
O trabalho que exerceu não tinha relação c/ o curso.	38,3
Total	100,0
Exerce trabalho relacionado ao curso	31,5
Exerceu trabalho relacionado ao curso	12,5
Não exerceu, depois do curso, trabalho relacionado com ele	56,0
Total	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.27
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS SEGUNDO
ESCOLARIDADE DE SEUS PAIS - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PAI	MÃE
Analfabeto	0,3	0,3
Fundamental incompleto	63,0	65,7
Fundamental completo e médio incompleto	12,9	11,7
Médio completo	13,3	14,1
Superior completo e/ou incompleto	10,5	8,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.28
PROPORÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS QUE ACHAM
QUE O MERCADO DE TRABALHO ESTÁ MELHOR
SEGUNDO ESCOLARIDADE DOS PAIS - RMBH - OUT-
DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	PAI	MÃE
Analfabeto	16,5	24,8
Fundamental incompleto	12,1	12,3
Fundamental completo e médio incompleto	11,5	12,1
Médio completo	13,4	11,9
Superior completo e/ou incompleto	9,3	10,8
Total	12,2	12,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

TABELA 5.1.29
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 29 ANOS POR
EXPERIÊNCIA DE TRABALHO - RMBH - OUT-DEZ/2000

ESPECIFICAÇÃO	15 A 17 ANOS	18 A 20 ANOS	21 A 24 ANOS	25 A 29 ANOS
Uma	22,4	30,3	23,7	17,1
Duas	7,0	21,6	23,4	17,5
Três	4,1	10,5	18,7	18,7
Mais de três	2,2	9,7	17,6	29,0
Várias	1,0	3,7	8,7	13,5
Não, mas já procurou trabalho	11,8	8,6	2,3	1,3
Não e nunca procurou trabalho	51,5	15,5	5,6	2,8

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/Fapemig/Dieese/Seade/Sine MG

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALANÇO ANUAL. *O mercado de trabalho na região metropolitana de Belo Horizonte: 1996 a 2000*. PED/RMBH Informe Especial, 2001.
- BONELLI, Regis. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: reação empresarial e mercado de trabalho. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAMARGO, José Márcio. *A desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CAPORALINI, Maria Bernadete S.C. A realidade do noturno. In: _____. *A transmissão do conhecimento e o ensino noturno*. Campinas: Papyrus, 1991.
- CARVALHO, Célia P. Trabalho e escola: uma trajetória de vida. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 4, USP, 1981.
- _____. *Ensino noturno: realidade e ilusão*. São Paulo: Cortez, 1984.
- ELIAS, Norbert. Mudança na balança nós-eu. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *A evolução do emprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1999.
- GOLDTHORPE John H. Problems of 'Meritocracy'. In: HALSEY, A.H., LAUDER, A., BROWN, P., *Education, Culture, Economy, Society*. Ed. Oxford, 1981.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LATERZA, Betânia. *Ensino noturno: a travessia para a esperança*. São Paulo: Global, 1994.
- PASTORE, José e SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- POCHMANN, Márcio. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: ABET, 1998.
- _____. *Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil*. [S. l.: s. n.], 1998. Mimeog.
- _____. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual dos jovens e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher, 2000.

-
- POSTHUMA, Anne Caroline. Transformações do emprego no Brasil na década de 90. In: _____. (Org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- PRADO, Antônio. Globalização e desemprego nos anos 90. In DIEESE. *Emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: Dieese; Campinas: Cesis, 1999.
- REINECKE, Gerhard. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In: POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999.
- SALM, Cláudio. Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.
- SANCHIS, Enric. *Da escola ao desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane et al. (Org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SOUZA, Nícia Raies Moreira. *Educação e mercado de trabalho: critérios de inserção e desigualdade de rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG/Fafich, dissertação de mestrado, 2000.